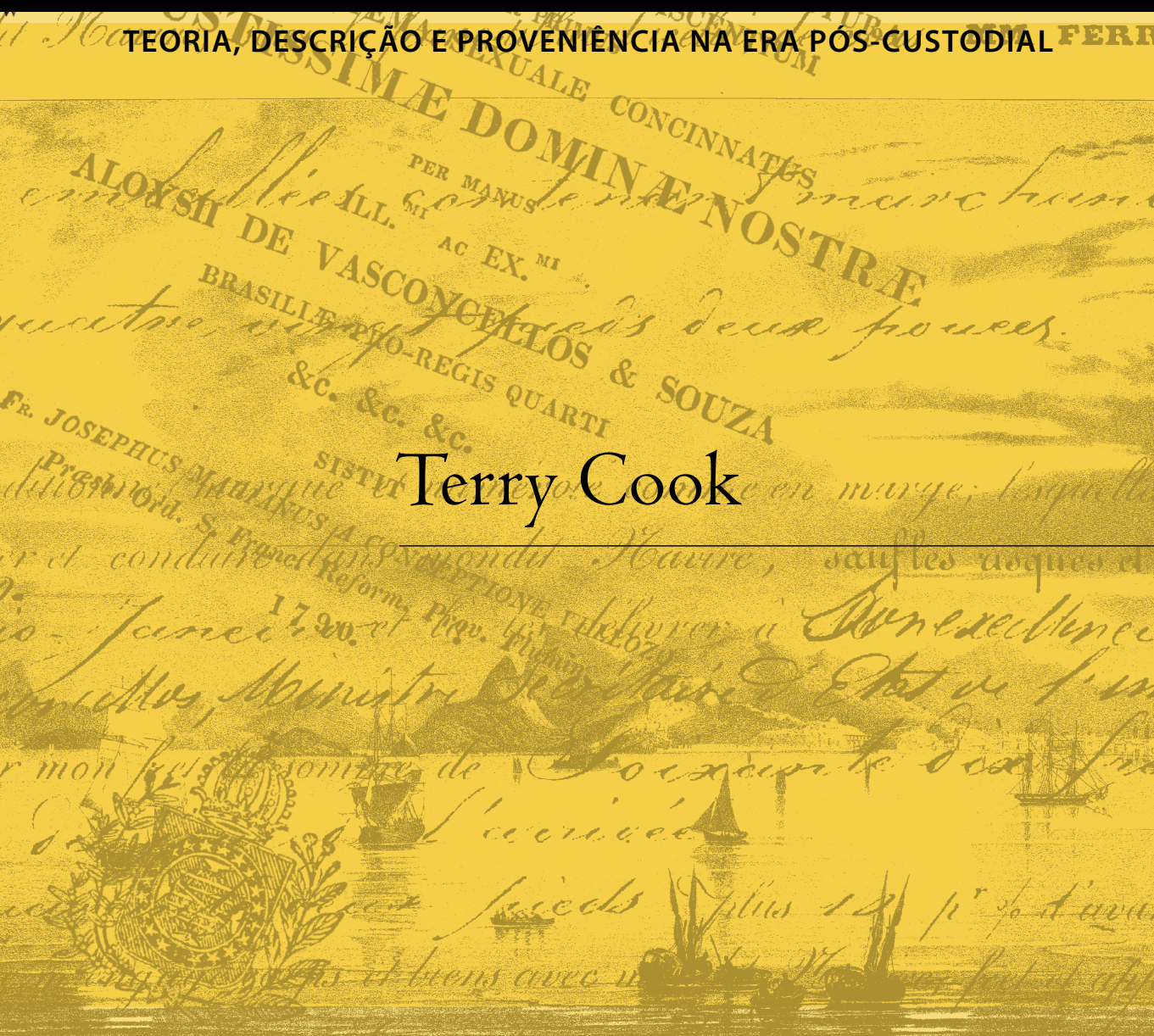
# O CONCEITO *de* FUNDO ARQUIVÍSTICO

## TEORIA, DESCRIÇÃO E PROVENIÊNCIA NA ERA PÓS-CUSTODIAL




Terry Cook

# O CONCEITO *de* FUNDO ARQUIVÍSTICO

## TEORIA, DESCRIÇÃO E PROVENIÊNCIA NA ERA PÓS-CUSTODIAL

Terry Cook

TRADUÇÃO
SILVIA NINITA DE MOURA ESTEVÃO
VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Rio de Janeiro
2017

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL

Copyright © 2017 Arquivo Nacional
Praça da República, 173, Centro
20211-350, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (55 21) 2179-1253

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
**MICHEL TEMER**

MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
**TORQUATO JARDIM**

DIRETOR-GERAL INTERINO DO ARQUIVO NACIONAL
**DIEGO BARBOSA DA SILVA**

COORDENADOR-GERAL INTERINO DE ACESSO E DIFUSÃO DOCUMENTAL
**CHRISTIANO DE CARVALHO CANTARINO**

COORDENADOR SUBSTITUTO DE PESQUISA E DIFUSÃO DO ACERVO
**LEONARDO AUGUSTO SILVA FONTES**

EDIÇÃO DE TEXTO E REVISÃO
**JOSÉ CLAUDIO MATTAR**

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
**GISELLE TEIXEIRA**

Este texto de Terry Cook foi publicado originalmente em 1992, sob o título The concept of the archival fonds: theory, description, and provenance in the post-custodial era, como um capítulo do livro *The archival fonds*: *from theory to practice*, organizado por Terence M. Eastwood (Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, Planning Committee on Descriptive Standards, 1992, 225p.).

Cook, Terry
O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2017.
Dados eletrônicos (1 arquivo : 1.034Kb). -- (Publicações Técnicas ; 59)
Sistema requerido : Adobe Acrobat Reader.
ISBN: 978-85-60207-94-7
1. Arquivologia 2. Arquivos - arranjo e descrição I. Estevão, Silvia Ninita de Moura, trad. II. Fonseca, Vitor Manoel Marques da, trad. III. Título. IV. Série.
CDD 025.171

# O CONCEITO *de* FUNDO ARQUIVÍSTICO

## TEORIA, DESCRIÇÃO E PROVENIÊNCIA NA ERA PÓS-CUSTODIAL

# APRESENTAÇÃO

Em meados da década de 1980, ao mesmo tempo em que os arquivistas, de forma geral, consideravam que cada fundo era uma realidade documental única, sendo impossível criar regras de descrição, nossos colegas canadenses, vivendo uma realidade de existência (e confrontação) de duas tradições arquivísticas diversas (anglo-saxônica e francesa), decidiram enfrentar o desafio de criação de uma norma nacional.

Ao assumir essa tarefa, o Planning Committee on Descriptive Standards, do Bureau of Canadian Archivists, percebeu a necessidade de várias ações. Uma delas foi a reflexão teórica sobre a possibilidade de normalizar a descrição arquivística, para o que buscaram apoio de especialistas estrangeiros; a outra, a de criarem, nacionalmente, uma base comum de pressupostos teóricos e de conhecimentos práticos para se pensar como seria tal norma, que veio a se configurar em 1990 com o nome de Rules for Archival Description (RAD).[1]

1 Para maiores detalhes, ver BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Rules for Archival Description. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 2008. Disponível em: <http://www.cdncouncilarchives.ca/rad/radcomplete_july2008.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016.

No primeiro caso, o principal resultado foi a elaboração, sob o patrocínio do Conselho Internacional de Arquivos, da norma Isad, cuja primeira edição ocorreu em 1994.[2] A outra, é o texto de Terry Cook ora traduzido, que lhe havia sido encomendado por Kent Haworth, presidente do Planning Committee.[3]

O trabalho demonstra bem a frase feliz de Michel Duchein sobre o princípio da proveniência, de que "como a maioria dos princípios, mais fácil se torna enunciá-lo que defini-lo e defini-lo que aplicá-lo".[4] No momento em que os canadenses se preparavam para elaborar uma norma de descrição que tinha como um de seus pilares principais esse princípio, Terry Cook se esforçava para demonstrar que a noção de fundo tinha várias sutilezas e que a maneira como era compreendida, e usada, não era de modo algum unívoca. Daí a necessidade de se explicitar isso, analisar o conceito com rigor e, só então, partir para a construção de uma visão consensual sobre ele.

O que entendemos por fundo e como aplicamos esse conceito na prática cotidiana continua sendo uma questão relevante. Ainda mais hoje, quando a comunidade arquivística internacional se engaja na elaboração de um modelo conceitual para a descrição arquivística, e questões sobre o que é um fundo, como ele reflete a proveniência e o que se entende por multiproveniência, voltam a mostrar a necessidade de aprofundar a reflexão teórica. Claro que a realidade brasileira tem suas singularidades e que nós, também, possuímos diversas maneiras de entender os conceitos de proveniência e de fundo, contudo importa aproveitarmo-nos

---

2 Para mais informações sobre a história das normas internacionais, ver: Entrevista com Vitor Fonseca. Acervo, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 3-12, jan.-dez. 2007. Disponível em: <file://C:/Users/Vitor_Silvia/Favorites/Downloads/66-66-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016; FONSECA, Vitor Manoel Marques. The ICA description standards: the history of their creation and the efforts to disseminate them. COMMA, Liverpool, v. 2, p. 49-58, 2011.

3 Este texto integrou, junto com outros, a seguinte publicação: EASTWOOD, Terence M. (org.). The Archival Fonds: From Theory to Practice. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1992. 225 p.

4 DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, p. 14, abr. 1982.

das discussões estrangeiras, não só para compreendermos nossos colegas, mas também para nos entendermos e elaborarmos nosso próprio consenso. Assim, fortalecida a teoria, será possível agirmos de forma mais consequente e eficaz na preservação e acesso dos documentos, função primordial dos arquivistas.

*Silvia Ninita de Moura Estevão (Arquivo Nacional)*
*Vitor Manoel Marques da Fonseca (Universidade Federal Fluminense)*[5]

5 A preparação desse texto para sua edição brasileira começou quando ainda era funcionário ativo do Arquivo Nacional, e prosseguiu nos primeiros meses de sua aposentadoria nesse cargo.

# INTRODUÇÃO[6]

Desde meados do século XIX, o *respeito aos fundos* tem sido considerado "o princípio básico da ciência arquivística". O principal autor sobre o tema, o francês Michel Duchein, afirma que é pela prática desse princípio "que o arquivista se distingue mais nitidamente tanto do bibliotecário quanto do documentalista" (DUCHEIN,

6 Ao escrever este ensaio, contei com o apoio e bons conselhos de muitos colegas. Minha primeira dívida é com Kent Haworth que, como presidente do Planning Committee on Descriptive Standards, encomendou este estudo. Sua confiança em mim como autor, os cuidadosos conselhos que permearam todo o processo, e as atenciosas cartas em momentos cruciais foram muito apreciadas. Três outros membros do Planning Committee de 1990 – Wendy Duff, Heather MacNeil e Hugo Stibbe – ofereceram excelentes comentários às duas primeiras versões e um apoio muito bem-vindo ao meu trabalho, pelos quais estou profundamente em dívida. A segunda versão também foi cuidadosamente criticada por quatro especialistas em teoria descritiva e arquivística que, à época, não estavam no Planning Committee; seus extensos comentários aperfeiçoaram sobremaneira meu trabalho, e sou grato aos cuidados despendidos por Debra Barr, Gordon Dodds, Luciana Duranti e Terry Eastwood. Este último merece reconhecimento em dobro, pois, desde que fez tais providenciais comentários, independente e graciosamente, tornou-se um membro formal do Planning Committee e orientou todo este texto até sua publicação, fornecendo, mais uma vez, importantes comentários. Uma terceira versão, muito revisada, foi revista por dois amigos especiais, Candace Loewen e Tom Nesmith, que muitas vezes inspiraram o conteúdo e aperfeiçoaram a apresentação de trabalhos anteriores, o que certamente ocorreu de novo com este estudo, e é um prazer agradecê-los por sua assistência. Ed Dahl usou seu cuidadoso olhar editorial no auxílio da penúltima versão. Finalmente, gostaria de agradecer ao National Archives of Canada, e particularmente a Eldon Frost e Jay Atherton, por apoiar este trabalho com uma licença especial de três semanas, que me permitiu a pesquisa e completar a primeira versão. Com tanta ajuda preciosa, eu sou – e mereço ser – completamente responsável por quaisquer erros que tenham restado e por todas as interpretações que seguem. Para melhor proveito contextual do leitor, devo assinalar que a primeira versão deste estudo foi produzida em maio de 1990 e as últimas revisões substanciais foram finalizadas em abril de 1991. Eu não vi os outros trabalhos publicados neste volume até abril de 1992 e meus argumentos não são respostas a ideias neles contidas.

1982-1986, p. 14. Um observador italiano acrescentou ainda que a natureza "orgânica" do fundo forneceu o bem-sucedido ingrediente na "guerra de independência" travada por arquivistas para estabelecer sua identidade profissional (LODOLINI, 1989).[7]

Indo do passado para o futuro, alguns arquivistas norte-americanos veem nas inter-relações contextuais do respeito aos fundos o elemento-chave que permite aos arquivistas lidar com a revolução da informação que atualmente varre a sociedade (BEARMAN; LYTLE, 1986; COOK, 1984-1985, 1990-1991). Essa adesão ao conceito de fundo atravessa línguas e culturas. Da parte francesa do Canadá, vem a declaração que o respeito aos fundos é a "pedra angular" da teoria arquivística (COUTURE; ROUSSEAU, 1987),[8] enquanto o inglês Sir Hilary Jenkinson declara que esse é o "mais importante de todos os princípios" que afetam a prática arquivística (JENKINSON, 1966, p. 101).



Praticamente todos os modernos arquivistas concordam com as afirmações relativas à importância do respeito aos fundos e os princípios relacionados da proveniência e da ordem original. Por quê? Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos fica protegido, uma vez que os documentos inerentemente refletem as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os produziu. Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.

7 Não é surpreendente que, quando a proveniência parece ser contestada, arquivistas tendem a opor-se fortemente: ver DODDS (1984) ou BERNER (1984).

8 Duchein refere-se ao conceito de fundo como "universalmente aceito como a base da arquivística teórica e prática" (DUCHEIN, 1982-1986, p. 16).

O suporte físico de cada documento não se torna, assim, o primeiro critério de organização, como o é para bibliotecários, nem o assunto de cada documento serve, como poderia servir tanto para pesquisadores como para bibliotecários, como um foco adequado para a descrição e arranjo de documentos. Dessa forma, respeitando os fundos como a emanação orgânica de uma entidade produtora de documentos, os arquivistas de todo o mundo conferem valor aos documentos como evidência e para pesquisa, assim como acentuam suas próprias identidades enquanto profissionais da informação que devem entender a complexidade da relação singular entre cada entidade produtora e os documentos que produziu, e entre as séries ou grupamentos inter-relacionados de documentos.

Apesar de não haver espaço aqui para traçar a evolução dos princípios da arquivística, é importante lembrar que o conceito original francês de respeito aos fundos tinha tanto uma dimensão interna quanto externa. As primeiras práticas enfatizavam a dimensão externa de manutenção dos registros arquivísticos claramente identificados com seu produtor (sendo tais documentos agrupados em um único fundo). A dimensão interna de manutenção da ordem original ou a sequência de documentos de tais produtores era menos enfatizada. De fato, inicialmente, havia mesmo alguns rearranjos por assunto dos dossiês dentro de fundos específicos. Mais tarde, ao enunciar o *Provenienzprinzip* (princípio da proveniência), os alemães articularam ainda mais precisamente a dimensão externa do respeito aos fundos, que focava claramente na manutenção da integridade dos documentos de cada entidade produtora de documentos em toda a atividade subsequente de arranjo e descrição. Em inglês, isso se tornou *provenance* (proveniência). Com o tempo, a dimensão interna do respeito aos fundos (francês) foi expressa em inglês como a santidade da *ordem original*, cuja manutenção focava na organização física ou no arranjo interno dos documentos.



Devido a esses acontecimentos, autores de língua inglesa às vezes usam proveniência como equivalente a respeito aos fundos (e confundem ambos com ordem original), dessa forma fazendo da parte

(proveniência), o todo (respeito aos fundos). No francês, tal confusão não existe. O fundo (em respeito aos fundos) refletia a dupla noção de acumulação natural e ordem original, e a necessidade de se respeitar ambas e manter as interligações entre elas.[9] No entanto, como veremos adiante, é a tensão entre produção/acumulação por um lado, e ordem original por outro – entre as dimensões interna e externa do respeito aos fundos – que pode deixar arquivistas perplexos quando confrontados com a identificação e descrição de um fundo. Para sermos claros nessa distinção, são oferecidas as definições a seguir. Produção/acumulação é o processo natural pelo qual os documentos são produzidos e recebidos na condução de qualquer tipo de atividade. Ordem original reflete a classificação, organização, arquivamento ou qualquer outro processo que forneça aos documentos (e séries de documentos) sua forma ou estrutura interna.

Para os propósitos deste estudo, a importância do fundo é claramente baseada no fato de ter sido colocado no centro do arranjo e da descrição arquivística. O Working Group on Archival Descriptive Standards (Grupo de Trabalho em Normas de Descrição Arquivística) do Bureau of Canadian Archivists (Associação dos Arquivistas Canadenses) identificou cinco níveis de arranjo (entidade custodiadora, *fundo*, série, unidade de arquivamento e item) e sete níveis de descrição (interinstitucional, entidade custodiadora, grupo temático, *fundo*, série, unidade de arquivamento e item) (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 58-59, recomendações 3 e 4).[10] Desses, o mais importante é claramente o fundo, como o próprio Working Group formalmente reconheceu em sua primeira recomendação: "Nós recomendamos que, como prioridade, arquivistas canadenses descrevam e indexem acervos em nível de *fundo*,



9 É interessante observar que respect des fonds e proveniência agora também são usados de forma intercambiável por alguns arquivistas de Québec. Ver, por exemplo, dois artigos apresentados na conferência da Association des archivistes du Québec em junho de 1990: CHOUINARD (1990) e ROUSSEAU (1990).

10 Esse estudo aceitou uma tipologia largamente compartilhada em círculos arquivísticos: ver HOLMES (1964) e GRACY II (1977, p. 4-15).

independentemente da forma ou suporte dos documentos" (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 56).

A importância do fundo vem de ele ser, consoante com o fato que descrições devem partir do geral para o particular (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 8), o objeto da "primeira operação profissional verdadeira" do arquivista ao arranjar e descrever os arquivos (HOLMES, 1964, p. 25, 27).[11] Deixando de lado por ora se o fundo é uma unidade física de documentos ou uma entidade conceitual, ou ambos, ele é, em qualquer um dos casos, "um conjunto orgânico e dinâmico de... séries; uma série consiste de dossiês, e um dossiê consiste de itens. Cada uma dessas unidades torna-se (ou pode vir a tornar-se) um objeto de descrição"; cada uma só é compreensível se for identificada claramente como um componente de uma relação parte-todo; e desses "o fundo representa o topo, ou o mais alto nível" dessa relação (STIBBE, 1988, p. 11-12). Dessa perspectiva, o fundo é o foco central da descrição arquivística e a condição *sine qua non* da qual todo o trabalho descritivo deve proceder.



Mas, apesar dessa aparente centralidade, o conceito de fundo é mais fácil de enunciar do que definir e mais fácil de definir do que de aplicar. Se os arquivistas estão comprometidos em observar o respeito aos fundos, Michel Duchein observou com tristeza que seria de muita ajuda se eles soubessem o que é que eles deveriam respeitar (DUCHEIN, 1982-1986).[12] Consequentemente, o propósito deste estudo é explorar o conceito de fundo e as questões daí resultantes que os arquivistas, ao usarem esse conceito, devem lidar

11 Sua lógica é bastante clara: decisões acima do nível do fundo estão relacionadas a mandatos institucionais, organização institucional interna e cooperação interinstitucional, que são, todos, o foco de altos administradores, enquanto decisões e operações abaixo do nível do fundo em uma estrutura geral-para-o-particular são o foco de arquivistas profissionais e dependem claramente do fundo. A estrutura geral-para-o-particular e sua importância para o fundo é enfatizada por dois dos mais proeminentes líderes do movimento por normas de descrição no Canadá: ver DUFF; HAWORTH (1991, p. 32).

12 De outra forma, a aplicação de padrões descritivos baseados no fundo "estará sujeita a caprichos institucionais e conveniência administrativa mais do que [à natureza integral e orgânica dos] aos próprios documentos de onde, supostamente, vem nossa ciência [...]" (STOTYN, 1991, p. 165-166).

em sua prática descritiva diária. Para tratar dessas questões, este estudo é organizado em cinco seções principais. Primeira, a natureza do fundo propriamente dito é explorada, e uma definição prática é sugerida. Segunda, os critérios para designação do fundo são listados, de maneira como esses princípios têm sido constantemente atualizados na literatura arquivística. Terceira, o conceito de *record group* é comparado com o conceito de fundo, concluindo que *record group* seja abandonado o quanto antes pela comunidade arquivística. Quarta, uma vez que a definição de fundo pode levar a diversas dificuldades práticas, quando arquivistas aplicam-na tanto a complexas entidades produtoras de documentos, quanto a complexos suportes de documentos, essas dificuldades são investigadas em uma seção à parte. Finalmente, diversas soluções para essas dificuldades são exploradas, inclusive uma estrutura conceitual geral, a partir da qual se espera que os arquivistas canadenses desenvolvam um consenso. Essa estrutura encoraja os arquivistas a libertarem-se das limitações da "era custodial" com seu foco em agrupamentos físicos de documentos, e, ao invés disso, que adotem as implicações da era "pós-custodial", com seu paradigma conceitual de realidades lógicas, virtuais ou múltiplas.



É importante entender as limitações deste estudo. Não há qualquer tentativa de refazer os passos da evolução histórica dos conceitos de fundo, de *record group*, dos princípios de proveniência, *respect des fonds* e ordem original. Também não há qualquer pretensão de oferecer uma pesquisa "acadêmica" da literatura relativa a esses conceitos, mas apenas destilar o melhor desses trabalhos visando promover consenso e entendimento. Além disso, minha perspectiva é baseada na tradição arquivística da parte inglesa do Canadá, e seus antecedentes intelectuais na Grã-Bretanha, Europa e Estados Unidos. Também há pouco interesse em avaliar se o conceito de fundo tem sido aplicado com ou sem sucesso onde é utilizado, mais obviamente, na Europa e em Québec. De fato, muitos debates e pesquisas interessantes sobre fundo estão acontecendo agora em Québec (como pode ser observado em outro trabalho neste volume), muitos deles em andamento (março-setembro de 1990), con-

comitantemente à redação deste texto. Mais importante ainda, é que este estudo não estabelece regras para normas de descrição em nível de fundo; ao contrário, ele tenta elucidar o conceito de fundo para que tais regras sejam interpretadas e aplicadas de forma mais consistente por arquivistas em todo o país.

Este estudo também não pretende afirmar nada sobre onde tais descrições em nível de fundo, uma vez normalizadas, devem ocorrer – o guia, o inventário ou o catálogo –, nem se o conceito é aplicável em todo o ciclo de produção de documentos, eliminação e preservação arquivística (uma questão muito debatida em Québec). Ademais, não são minhas preocupações as implicações deste estudo para o que já foi impresso em *Rules for Archival Description*. Para essas questões, reconhecidamente importantes, estou, com efeito, explorando o conceito de fundo e deixando que as mesmas sigam seu próprio curso. Se o argumento teórico é legítimo, a proposta terá sido alcançada. Como é sugerido em outros trabalhos deste volume, algumas dessas questões já estão seguindo seus próprios cursos, cabendo aos arquivistas decidirem se isso tem se dado corretamente ou não, à luz das considerações aqui propostas. Outras são identificadas e projetadas e outras, ainda, necessitarão estudos futuros.

## NATUREZA E DEFINIÇÃO DO FUNDO

Antes de definir fundo, é útil investigar algumas de suas características. Apesar de seus grandes antecedentes europeus, que foram prontamente aceitos e longamente debatidos em Québec, o fundo permanece relativamente desconhecido na América do Norte anglofônica. Sem dúvida, mesmo entre seus mais ferrenhos defensores, a convenção continua sendo usar a expressão em itálico para indicar sua natureza estrangeira, o que o presente estudo não adota. Essa característica exótica e um tanto estrangeirista do fundo foi reforçada pela definição oficial proposta pela Society of American Archivists em seu *Basic Glossary* e muitas vezes repetida em livros de arquivística; "[O fundo é] um termo largamente usado na Europa, para designar, para fins de controle, os documentos permanentes de um tipo específico de instituição ou organização; termo comparável ao conceito de *record group*" (EVANS, 1974, p. 422).[13] O autor de um manual muito conhecido sobre arranjo e descrição também declarou que o "*record group* é análogo ao termo 'fundo' na expressão 'respect des fonds'" (GRACY II, 1977, p. 5, nota 8).[14] Mas, quais instituições ou organizações descritas como "de um determinado tipo", ou qual a natureza dessa compatibilidade ou analogia do fundo europeu com o *record group* norte-americano, foram notoriamente deixadas sem explicação.

13 Essa definição é repetida em TAYLOR (1980, p. 157), BERNER (1983, p. 127) e mais surpreendentemente em COUTURE; ROUSSEAU (1987, p. 267).

14 Com maior sutileza, MILLER (1990, p. 62, p. 128) também equipara record group e fundo. Miller chamou minha atenção depois de completar este trabalho, mas leitura posterior me convenceu que apesar de ter uma sensibilidade maior que muitos autores para os problemas que a mudança administrativa cria para o arranjo e principalmente para a descrição, eu não teria alterado meu texto significativamente à luz de seu trabalho. No entanto, muitos de seus argumentos e exemplos ampliam nossa compreensão quanto a arranjo e descrição, e em complemento a este estudo, eu recomendo seu livro aos arquivistas.

O conceito de fundo apenas começou a emergir dessa anglofônica desordem norte-americana com o lançamento de *Toward Descriptive Standards* no final de 1985. O Working Group on Archival Descriptive Standards deliberadamente adotou os termos, fundo e (nos textos franceses) *fonds d'archives*, para "evitar certa confusão terminológica que cresceu em torno dos termos *record group*, *manuscript group*, *collection* etc., na prática atual dos Estados Unidos". Apesar de não ter explicado a natureza de tal confusão terminológica e apesar de admitir (sem tratar da) "a dificuldade de definir e determinar o que constitui um fundo para propósitos práticos", o Working Group ainda assim desenvolveu uma definição de fundo melhor que qualquer outra tentativa anterior na história da literatura arquivística: "*Fonds* pode ser definido como a totalidade dos documentos de qualquer natureza que toda entidade administrativa, toda pessoa física ou entidade coletiva, acumulou automática e organicamente por razões de sua função ou atividade".



Acrescenta ainda que "essa definição pode ser usada para abranger documentos em qualquer forma ou suporte produzidos por órgãos ou pessoas agindo em representação pública ou privada" (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 7, n. 1; p. 55). Quase cinco anos depois, o Planning Committee on Descriptive Standards (PCDS) aprovou a seguinte definição de fundo, um pouco modificada, no glossário do seu *Rules for Archival Description*: "totalidade de documentos, independente de forma ou suporte, automática e organicamente produzidos e/ou acumulados e usados por um indivíduo, família ou entidade coletiva no curso de suas atividades e funções" (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1990).

Essa ênfase no "produtor" reflete a insistência de Duchein de que o fundo é um "produto orgânico das atividades do organismo que [o] *gerou*" (DUCHEIN, 1982-1986, p. 32, grifo do autor) A nova definição inclui 'uso' à dimensão de produção dos corpos orgânicos de documentos que vêm a ser conhecidos como um fundo.

A tese do presente estudo é que a ideia de "ato de produção" é a principal para o conceito de fundo.[15] Indivíduos e instituições produzem documentos naturalmente no exercício de suas funções e atividades normais. Criando efetivamente documentos, recebendo-os ou ainda partilhando e manipulando informações que são ou poderiam tornar-se documentos, eles *produzem* um agregado de material documentário, seja qual for a forma ou o suporte que reflete seu status jurídico. O resultado da reunião "natural" ou "orgânica" dos documentos é chamado fundo. É impossível, dessa forma, conceber, e menos ainda identificar, um fundo sem ter uma clara compreensão da natureza, âmbito e autoridade do produtor dos documentos envolvidos. A questão das entidades que assumem a custódia e fazem uso dos documentos produzidos por outros será discutida mais adiante. Por ora, basta dizer que, neste estudo, os atos de produção e acumulação são vistos como os mais centrais para a definição de fundo, enquanto classificação, arquivamento e ordenação original são vistos como pontos centrais para a descrição das séries, dossiês e itens.



Como corolário da sua natureza orgânica, o fundo não pode ser artificial, ou sintetizado após o ato de produção. Por exemplo, a *coleção* não é um fundo, mas sim um "antifundo". Ao contrastar fundo e coleção, foi observado que "o primeiro é o resultado de um processo natural, o produto de atividades claramente definidas, enquanto que a última é uma construção artificial, uma criação arbitrária, frequentemente fruto do acaso" (COUTURE; ROUSSEAU, 1987, p. 161).[16] Ainda que os documentos produzidos pelo colecionador em seu trabalho de reunir a coleção obviamente constituam um fundo (ou parte de um fundo), o produto reunido – a coleção propriamente dita – não é um fundo. De maneira análoga, a noção de

15 Essa centralidade da produção é finalmente reconhecida em importante artigo recente sobre arranjo e descrição; ver THIBODEAU (1989, p. 68). Esse ensaio contém algumas das mais sensíveis e lúcidas reflexões apresentadas sobre descrição arquivística. BARR (1989, p. 169) sabiamente chega à mesma conclusão, ao criticar a primeira definição de fundo, citada acima, por minimizar a importância da produção.

16 O termo "antifundo" também foi cunhado por esses autores.

*manuscript group* (grupo de manuscritos), que combina numerosos fundos em categorias específicas, como, por exemplo, documentos de primeiros-ministros ou documentos do comércio de peles, é evidentemente baseada em assuntos, e não tem qualquer conexão com a acumulação orgânica de uma entidade produtora de documentos. Assim como a "coleção", o *manuscript group* ou *personal papers group* (grupo de documentos pessoais) não são um fundo.

Em contraste, os conteúdos do *record group* (grupo de documentos) estão geralmente ligados a um produtor de documentos. Mas, como será discutido na seção "Abandonando o *record group*" deste estudo, há importantes diferenças teóricas e práticas entre o *record group* e o *fonds* (fundo). Por ora basta simplesmente ser afirmado que fundo é mais amplo que o *record group*, e esse último termo geralmente refere-se a documentos de organizações como instituições governamentais ou entidades coletivas, enquanto o fundo abarca os documentos de organizações e de pessoas físicas e jurídicas. Esta definição mais ampla fornece uma segura fundamentação teórica para uma abordagem comum à descrição de todos os arquivos.[17]



17 Para o legado de ambas as tradições, ver BERNER (1983). HENSEN (1983) mantém a antiga terminologia de coleções, documentos, e arquivos pessoais. Arquivistas do governo, em contraste com curadores de arquivos privados pessoais, relatam ter dificuldade em usar seu manual. A abordagem mais inclusivista que junta ambas as tradições é recomendada pelo BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS (1985, p. 63-64). Esse ponto é explicitamente enfatizado por DUFF; HAWORTH (1990-1991, p. 28-29). Neste estudo, eu uso "documentos" genericamente para abranger documentos permanentes, documentos privados pessoais, documentos digitais, mapas, fotografias, filmes, e todos os outros suportes.

# CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAR UM FUNDO

O simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo. O contexto administrativo em que a produção ocorreu, a natureza da função exercida que levou à criação dos documentos e o controle exercido sobre o sistema de arquivamento são outros fatores relevantes. Alguns exemplos esclarecerão essa questão e estabelecerão o contexto, nesta seção, para definir os critérios para identificar um fundo.

Um poeta, um educador ou ainda um atleta é, a princípio, um único produtor. Frequentemente, a totalidade de seus documentos é facilmente identificável. Apesar de os documentos poderem ser fisicamente divididos entre domésticos e relativos a trabalho, ou por suporte, a unidade conceitual de tais documentos (ou fundo, uma vez que cheguem a um arquivo) deveria ser autoevidente. Mas raramente é assim tão fácil. Se o poeta também integra a administração do Writer's Union of Canada, ou o educador a comissão de admissão da universidade, e o atleta a federação de esportes da comunidade local, em que fundos ficam os documentos produzidos por esses indivíduos dentro dessas mais amplas estruturas organizacionais? Ou ainda, fora dessas esferas profissionais próximas, se o poeta for um pregador laico na igreja local, o educador presidente de um partido político e o atleta secretário da associação do condomínio em que reside. Apesar de o poeta criar documentos para a Writer's Union ou para a igreja local – tomando notas ou escrevendo a ata, por exemplo –, a atividade ou função para a qual esses documentos são produzidos está relacionada à igreja ou ao sindicato, e não à função própria do poeta enquanto tal. Mesmo que produzidos e acumulados sob custódia do poeta, esses documentos são, em verdade, a produção legal da entidade coletiva e, dessa forma, parte do fundo do sindicato ou da igreja.

Se o estabelecimento de critérios para determinar o fundo de um indivíduo pode dessa forma tornar-se complicado, isso é muito mais complexo com relação às modernas burocracias corporativas e governamentais. Frequentemente compostas de dezenas de milhares de empregados, subdivididas em milhares de unidades ou organizações administrativas, abarcando centenas de funções, e envolvendo uma enorme quantidade de sistemas de arquivamento, todos com uma perturbadora tendência a aparecer, desaparecer, fundir-se ou migrar para outros órgãos, organizações, sistemas ou funções a qualquer momento, a burocracia moderna dificulta a identificação do produtor e, assim, o desenho razoavelmente consistente de fronteiras entre os fundos resultantes – uma questão que será amplificada na seção "Problemas na aplicação de conceito de fundo" deste estudo. Obviamente, teóricos da arquivologia que estão familiarizados com o fundo, seguindo o caminho proposto por Michel Duchein, têm reconhecido essa fluidez histórica e administrativa, e têm tentado instituir critérios para estabilizá-la. Dessa maneira, eles naturalmente focaram em instituições e organizações, ao invés de indivíduos (o poeta e o atleta), simplesmente porque arquivistas encontram suas maiores dificuldades em determinar o fundo de tão complicadas entidades coletivas. Para ser identificado como produtor de um fundo corporativo, seja público ou privado, cinco critérios básicos têm sido estabelecidos e enunciados por esses autores para tentar definir a natureza da produção.[18]



1. Uma identidade jurídica: o produtor deve possuir denominação legal e existência jurídica, promulgada em ato legal datado, lei, portaria, decreto etc.

2. Um mandato oficial: o produtor deverá possuir um mandato claramente definido, estável e consistente, que também deverá estar declarado em documento legal ou regulatório.

18 Esses critérios são tomados de DUCHEIN (1982-1986, p. 20). Eles são levemente modificados em resumos que aparecem em COUTURE; ROUSSEAU (1987, p. 166-67) e THERRIEN (1986). Certamente não é por acaso que todos os três autores estão ligados a uma tradição arquivística que não é aquela germano-britânica-americana.

3. Uma posição hierárquica definida: a posição do produtor na hierarquia administrativa deve ser precisamente estabelecida no documento de criação, e sua relação com outros níveis mais altos na hierarquia deve ser claramente determinada.

4. Um alto grau de autonomia: o produtor deve ter um chefe com significativa autonomia de decisões. O chefe deve ter poderes para conduzir quase todas as atividades específicas da organização sem ter de submetê-las a um superior hierárquico. Esse ponto é cuidadosamente explicado:

> Isto não significa, evidentemente, que ele deva gozar de poder de decisão em relação a todos os assuntos; certos assuntos importantes podem ser submetidos à decisão do escalão superior da hierarquia administrativa. Entretanto, para poder produzir um fundo de arquivos que lhe seja próprio, um organismo deve gozar de poder decisório, pelo menos no que disser respeito a determinados assuntos (DUCHEIN, 1982-1986, p. 20).



5. Um organograma: a organização interna do produtor deve ser, tanto quanto possível, definida e registrada num organograma.

Para complementar esses cinco critérios formais propostos por Duchein, é necessário um sexto, baseado na definição de órgão, que é, afinal, por excelência, o produtor de documentos num contexto corporativo. Acrescentar aos critérios de Duchein o moderno produtor dos documentos (o "órgão") nos leva diretamente a identificar o fundo produzido ou acumulado por tal produtor. Peter Scott, o principal estudioso de mudanças administrativas e seus impactos na teoria e prática arquivística, nos oferece a seguinte caracterização de grande utilidade:

> Um órgão é uma parte de uma organização, em qualquer nível na hierarquia administrativa, que tem (ou teve) seu próprio sistema de arquivamento de documentos (ou no caso de um conselho ou assemelhado, seu próprio sistema de atas ou relatórios) e seu próprio e geralmente distinto nome ou título durante um dado período (SCOTT, 1980, p. 50-51).

Esse foco nos documentos foi uma decisão intencional de Scott

> para definir 'órgão' não tanto em referência ao seu status administrativo ou sua independência administrativa, mas, principalmente, em referência ao seu grau de *arquivamento independente*, isto é, se a entidade administrativa teve seu próprio sistema geral de classificação de correspondência (a 'coluna vertebral' ou o 'esqueleto' administrativo do século XX, por excelência) ou, no caso de uma junta, comissão ou comitê independente, seu próprio sistema de notas e atas (SCOTT, 1980, p. 48).[19]

Dessa maneira, Scott combina a noção de real organização de documentos com aquela de produção. Essa é uma questão que, junto com a relação entre essas duas noções, receberá atenção mais adiante neste estudo.

Alguns estudiosos acreditam que o fundo, além de estar ligado a uma entidade produtora exercendo um mandato amplo e formal e, ainda, a um sistema independente de classificação de documentos, tem também uma dimensão territorial. Dessa forma (*derivado do princípio de respeito aos fundos*), "os arquivos deveriam ser conservados nos serviços de arquivo com jurisdição sobre o território em que foram produzidos". Os fundos são uma parte natural ou orgânica do ambiente social em que são (ou foram) criados e, retirados daquele contexto, "o fundo parece amputado de uma certa dimensão ou perspectiva" (THERRIEN, 1986, p. 118). Claro, remover fisicamente documentos de um centro para outras regiões ou jurisdições não deve implicar um tratamento intelectual separado do fundo como um todo, mas essa questão também deve ser tratada pelos arquivistas canadenses.



Para alguns, o fundo é mais passivo. Ele existe como um guarda-chuva cobrindo séries, dossiês/processos e itens, e é, com efeito, meramente a soma de suas partes. Peter Scott vai além, destacando a série como o centro da descrição arquivística e tratando qualquer coisa acima dela na hierarquia de descrição arquivística como con-

19 Grifo no original. Ver também SCOTT (1966, p. 501).

texto histórico ou administrativo, que é expresso em separado, mas com referências cruzadas a registros ou listas de controle de autoridade. Até mesmo o manual da Society of American Archivists que trata desse assunto indica que a série é o "mais importante" nível de arranjo, e que a descrição "centra-se pesadamente na série" (SCOTT, 1966, passim; GRACY II, 1977, p. 7).[20] Já que o fundo para propósitos arquivísticos práticos é geralmente composto de uma ou mais séries, é essencial ter uma clara definição operacional da série:

> A série é definida como unidades de arquivamento ou documentos arranjados de acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade porque estão relacionados a uma função ou assunto determinado, resultam da mesma atividade, têm uma forma específica ou devido a alguma relação procedente de sua produção, recebimento ou uso (GRACY II, 1977, p. 7-8).

Salvo aqueles casos simples em que a série abrange o fundo (em que somente uma série de uma entidade produtora foi adquirida e descrita por um arquivo), ver o fundo simplesmente como um guarda-chuva cobrindo certas séries apenas suscita a pergunta de qual série ajusta-se a um fundo guarda-chuva específico.



Os critérios para fundos não corporativos de pessoas e de famílias têm sido raramente tratados na literatura arquivística. A razão para tal omissão pode ser que a questão parece ser tão evidente que não é preciso dizer nada. Relativamente em comparação com fundos criados por entidades coletivas, isso pode ser verdade, mas não em termos absolutos. Como no exemplo do poeta ou do atleta, documentos de fundos corporativos podem estar misturados com fundos pessoais. Além disso, nem sempre fundos pessoais são documentos de um único produtor empoderado por um conjunto claramente definido de funções e atividades. Tais fundos não corporativos podem ser papéis familiares que atravessaram diversas gerações, a acumulação de um casal ou de irmãos, ou os documentos de propriedades

20 Ver STIBBE (1988, p. 12), em apoio parcial a essa abordagem.

territoriais (documentos senhoriais, por exemplo). Nesses casos, a proveniência do real produtor é obscurecida pela coletividade. Arquivistas podem querer desenvolver critérios mais explícitos para definir esses tipos mais complexos de fundos de família ou pessoas. Obviamente, alguns dos critérios para fundos corporativos, como mandatos legais, posição hierárquica ou organogramas, não são diretamente aplicáveis a fundos não corporativos, ainda que árvores genealógicas sejam análogas a alguns organogramas. De qualquer forma, percebe-se que as soluções propostas neste estudo para lidar com problemas relativos à definição de fundos corporativos podem ser aplicadas igualmente bem a fundos não corporativos, e que os critérios gerais de um fundo também são relevantes para ambos.

Em conclusão, portanto, os critérios para definir um fundo envolvem duas questões: um produtor definido (entidade coletiva ou pessoa) e um sistema de arquivamento de documentos relacionado.[21] Se ambos existirem independentemente e demonstrarem alguma continuidade ao longo do tempo, então todo o acúmulo físico de documentos resultante daquele produtor (como séries, dossiês/processos e/ou itens) pode ser identificado como um fundo. Já que as funções e atividades do produtor estão conectadas organicamente a documentos que por sua natureza mesma refletem tais funções e atividades, o fundo resultante, se mantido intacto e descrito, preservará o valor probatório e a significância contextual do arquivo. Nas seções seguintes, abordaremos se esses dois critérios, de um produtor específico e um sistema de arquivamento de documentos interligado, serão satisfatórios na prática.



21 Ou, reconhecidamente, apenas documentos, para aqueles itens avulsos que aparentemente não se ligam à atividade ou sistema de arquivamento algum.

## ABANDONANDO O *RECORD GROUP*

Esta seção investiga o *record group* arquivístico. Apesar de *record group* ser visto por muitos como comparável ou análogo ao fundo, existem diferenças importantes entre eles. Ainda que essas diferenças reflitam a evolução ao longo das últimas décadas do *record group* em direção a um constructo artificial, essa noção deveria ser abandonada por arquivistas enquanto conceito para arranjo e descrição.

O *record group* foi definido pelo National Archives of Canada como:

> qualquer corpo de documentos do governo federal do Canadá ou de seus predecessores que está, funcional ou organizacionalmente, relacionado por continuidade administrativa. Em termos práticos, isso geralmente significa que um grupo de documentos distinto é criado para cada departamento, ramo ou órgão que manteve um sistema de registro próprio e independente durante algum período de sua existência (VINCENT, 1976-1977, p. 4).[22]

Se essa definição de *record group* fosse consistente e fixa na prática, poderia ser corretamente entendida como o equivalente norte-americano do fundo europeu, e não haveria problemas. Infelizmente, esse não é o caso.

A definição amplamente aceita de *record group* nos Estados Unidos, de onde os canadenses adquiriram o termo e a prática, oferece um entendimento da razão dessa equivalência não existir:

> [O *record group*] é um corpo de documentos organizacionalmente relacionados, estabelecido sobre o fundamento da proveniência,

22 Como Vincent observa nesse estudo, essa definição aparece na versão publicada dos inventários do National Archives of Canada. Para um aprofundamento da discussão acerca do record group nesse contexto, ver COOK (1991a).

> com especial atenção à história administrativa, complexidade e ao volume dos documentos correntes, intermediários e permanentes da instituição ou organização envolvida (GRACY II, 1977, p. 5).[23]

Essa preocupação com a "complexidade" e o "volume de documentos" introduz dimensões práticas a um conceito que é supostamente baseado em princípios inevitavelmente teóricos que tratam da natureza orgânica dos arquivos. Seja aderindo à articulação original francesa do respeito aos fundos ou às subsequentes enunciações alemãs e mais tarde inglesas de proveniência e ordem original, os arquivistas deveriam, ao seguir as noções teóricas da profissão, agrupar e descrever conjuntamente aquelas acumulações de documentos que refletem a evidência natural das atividades da entidade produtora, e não agrupar documentos para solucionar dificuldades organizacionais, dentro da instituição arquivística.



O *record group* britânico, criado por Sir Hilary Jenkinson, seguindo de perto o princípio de proveniência, poderia abarcar um enorme e único departamento do governo.[24] Em contraste, os americanos desde o início "acharam melhor dividir os documentos de tão grandes 'órgãos' como departamentos em um número de *record groups* distintos, geralmente refletindo as repartições dentro dos departamentos e de 'tamanho conveniente' para sua administração". Esse desejo de evitar "agrupamentos grandes demais para a conveniência administrativa" dentro da própria instituição arquivística gerou o estabelecimento de *record groups* "que não tinham a completude e independência enfatizada por Jenkinson e levava em consideração tanto quantidade como proveniência", como critérios para sua criação. Tal abordagem forçosamente avançou "um tanto arbitrariamente" à medida que fatores práticos e de conveniên-

23 A mesma definição aparece no influente glossário de EVANS (1974, p. 428).

24 O archive group foi a tradução que Jenkinson fez do conceito europeu de fundo para o contexto britânico, e nesse esforço ele visualizou a entidade produtora de documentos em seu sentido corporativo mais amplo. Ver JENKINSON (1966, p. 101-102).

cia se diferenciavam em tempo e lugar (HOLMES, 1964, p. 25-27; SCHELLENBERG, 1965, p. 162).

No Canadá inglês, a abordagem americana de *record group* foi amplamente adotada e, com ela, muitas dessas tendências práticas e arbitrárias.

Críticos do *record group* apontam uma grande variedade de problemas. O primeiro é uma confusão quanto à proveniência, o que em dicionários arquivísticos pode se referir à repartição administrativa que produziu e acumulou os documentos ou pode se referir à informação que detalha sucessivas transferências de propriedade e custódia de um documento em particular (Ver BERNER, 1983, p. 129).[25] Frequentemente resulta numa ambigüidade entre, de um lado o *record group* como documentos de um órgão que controla e transfere; e de outro, o *record group* como documentos de um órgão que produz e registra.[26] Ambos existem em instituições arquivísticas: decidir em qual *record group* uma série específica deve entrar leva à imprecisão e à artificialidade do uso do *record group*. Onde deve um arquivista alocar uma determinada série que pode ter sido produzida pelo órgão A, mas que foi transferida para o arquivo pelo órgão B, ou pior, foi parcialmente criada em sucessão pelos órgãos A, B e C; foi custodiada e referenciada, mas não acrescida pelo órgão D e que foi mantida, mas não foi referenciada pelo órgão E, o qual finalmente a transferiu para o arquivo?



Além do mais, devido ao fator "conveniência", todos os *record groups* não são os mesmos. T. R. Schellenberg aconselha que, além dos *record groups* normais para as mais importantes unidades or-

25 A terceira dimensão de "proveniência" é, obviamente, o princípio central da teoria arquivística – arquivos de uma dada entidade produtora não devem ser misturados com aqueles de outro produtor.

26 A questão é a crítica central de SCOTT (1966, p. 494-496 e passim); ver também TAYLOR (1980, p. 38-40). No entanto, é importante lembrar que posse e transferência, assim como a produção, são parte do contexto de proveniência e, dessa forma, do valor probatório dos documentos, e são frequentemente ignoradas. Isso ocorre especialmente na descrição de entrada de documentos, mais do que nas séries estabelecidas (que podem combinar duas ou mais entradas de documentos, ou uma única entrada de documentos pode dividir-se em duas ou mais séries ou fundos). Sobre isso, ver BARR (1989).

ganizacionais dentro de um órgão, deveria haver também um *record group* "geral" para a totalidade "do corpo orgânico" refletindo as atividades comuns a todo o órgão (SCHELLENBERG, 1965, p. 163).[27] Por exemplo, o Department of Indian Affairs and Northern Development (INA) teve, entre 1966 e 1979, três principais responsabilidades: população indígena, parques nacionais e a administração dos territórios Yukon e Noroeste. Três das mais importantes unidades autônomas do INA administravam essas três áreas e o faziam mantendo três diferentes sistemas de arquivamento: de fato, isso vinha sendo feito muito tempo antes do INA existir, já que essas unidades integraram, desde o final do século XIX, quatro ou cinco predecessores do INA. Seguindo o modelo de Schellenberg, os documentos dessas três unidades foram organizados no National Archives of Canada em três *record groups* "normais": Indian and Inuit Affairs Program (RG 10), Canadian Parks Service (RG 84) e Northern Affairs Program (RG 85).



No entanto, além disso, certas funções e atividades do INA como um todo (Deputy's Minister Office, Legal Division, Information Service, Engineering and Construction Service etc.) relacionadas a todos os três programas, também mantiveram sistemas de registro separados, para refletir suas próprias atividades, em nome dos três programas operacionais. Por exemplo, o Engineering and Construction Service construiu pistas de decolagem para aviões no norte, escolas em reservas indígenas e instalações turísticas em parques nacionais. Dado que os documentos do Engineering and Construction Service, que mostram essas atividades ordinárias, não podem ser divididos entre os documentos dos outros três programas, sem destruir o valor probatório ou o entendimento do próprio Engineering and Construction Service, tais funções comuns e gerais de departamentos (e suas relativas séries de documentos) estão organizadas em um dos *record groups* "gerais" de Schellenberg: Indian Affairs and Northern Development (RG22). Há situ-

27 A abordagem é endossada em GRACY II (1977, p. 5).

ações semelhantes no Department of the Interior, Energy, Mines and Resources; Department of Environment; e no Department of Employment and Immigration.

Além dos *record groups* normais e gerais, Schellenberg identificou uma terceira categoria: os *record groups* "coletivos" (SCHELLENBERG, 1965, p. 163-164). Esses *record groups* reúnem, por uma questão de conveniência, pequenos conjuntos de documentos de natureza similar que não têm relação administrativa ou continuidade, e não partilham as mesmas atividades de arquivamento. Do National Archives of Canada, são exemplos os documentos das 147 Royal Commissions separadas e agrupadas em RG 33 e os 37 Boards, Offices and Comissions agrupados em RG 36. Contudo, a anomalia não termina por aí, pois apenas Boards and Commissions de curta duração ou de importância relativamente inferior estão agrupados em RG 36; entidades mais importantes e duradouras receberam, individualmente, o status de *record group*, por exemplo, a Canadian Grain Commission (RG 80), a National Battlefields Commission (RG 90), a National Harbours Board (RG 66) e a Mackenzie Valley Pipeline Inquiry (RG 126). Em outros cenários arquivísticos, os documentos de vários comitês legislativos ou clubes de estudantes universitários podiam ser reunidos em *record groups* coletivos.



A constante evolução da organização governamental revelou duas outras tendências na criação de *record groups* – até mesmo para os mais autônomos e "normais" *record groups*.[28] Por um lado, à medida que, com o passar de décadas, um pequeno departamento se expandiu agregando muitas outras funções e, dessa forma, adquiriu um

28 Peter Scott baseia suas críticas fundamentais nas tais anomalias causadas por mudanças administrativas e absoluta complexidade de organizações produtoras de documentos em burocracias modernas. Além de seu conciso artigo sobre o abandono do record group (1966), seu trabalho em cinco partes, com vários colegas como coautores, é leitura essencial no tocante a esse assunto: ver SCOTT (1978; 1979; maio 1980; dez. 1980; 1981). A primeira parte contém tabelas e gráficos demonstrando a crescente taxa de mudança administrativa em órgãos do governo australiano. Leitores interessados em um extenso estudo de caso das complexas mudanças administrativas em um órgão do governo podem querer consultar COOK (1987-1988).

grande número de seções internas, seus documentos tanto foram fragmentados em subsistemas, como adquiriram uma complexidade crescente, que frequentemente se reflete, quando esses documentos chegam em um arquivo, na criação de vários *record groups*. No National Archives, os documentos do antigo Department of the Interior (RG 15) são o melhor exemplo. Apesar dos documentos da parte fundamental do Dominion Lands Branch permanecerem em RG 15 (Interior), aqueles que mostram as outras funções do Interior estão bastante espalhados; Indian and Inuit Affairs Program (RG 10), Royal Canadian Mounted Police (RG I8), Forestry (RG 39), Geological Survey of Canada (RG 45), Dominion Observatories (RG 48), Immigration (RG 76), Canadian Parks Service (RG 84), Northern Affairs Program (RG 85), Mines (RG 86), Surveys and Mapping (RG 88), e Water Resources (RG 89), para citar os mais proeminentes. Por outro lado, órgãos governamentais separados e independentes algumas vezes são reorganizados ou fundidos, e, dessa forma, seus documentos estarão agrupados em um só *record group*, quando chegarem ao arquivo. Os documentos do Board of Transport Commissioners, Marine Transport Commission e do Air Transport Board estão todos, apesar da autonomia desses órgãos e de seus documentos, organizados no National Archives como séries pertencentes a um só *record group* (RG 46), o Canadian Transport Commission (atual National Transportation Agency), o específico órgão governamental que afinal substituiu os outros três.



Até mesmo entre *record groups* "normais" existem problemas. O Records of the Northern Affairs Program (RG 85), por exemplo, contém documentos de vários órgãos do governo que, desde a corrida do ouro de Klondike, sucessivamente administraram a região norte do Canadá – todos predecessores diretos e pertencentes à mesma linhagem (como partes) do atual Northern Affairs Program. Mas cada um desses predecessores tinha responsabilidades e funções muito diferentes, e ainda que frequentemente criassem ou dessem continuidade aos mesmos dossiês no mesmo sistema de protocolo criado por seus predecessores imediatos, o que eles colocaram nes-

ses dossiês refletia esses diferentes mandatos. Agregar essas séries mostra que até mesmo nos *record groups* mais "orgânicos" – em termos de respeito à proveniência – há algo de artificial. Como a própria expressão sugere, *record groups* tanto são "agrupados" pelo arquivista quanto reunidos organicamente para refletir realidades de produção e arquivamento de documentos do órgão de origem.[29]

Os problemas do conceito de *record group* são muitos. *Record groups* normais, gerais e coletivos apresentando faces bastante distintas: lógicas centrífugas e centrípetas definindo distintamente estruturas de *record groups*; confusão quanto a órgãos de transferência *versus* órgãos de produção no estabelecimento de *record groups* e *record groups* grandes ou pequenos, dependendo da conveniência administrativa para arquivos designarem cargas de trabalho equitativas ao seu pessoal, controlando espaço de armazenamento, ou mesmo a elaboração de publicações [30] – todas essas questões servem de base para o crescente desconforto dos arquivistas quanto ao conceito de *record group*. De fato, seu mais antigo crítico, Peter Scott, classificou o conceito como "indevidamente limitador" e uma "complicação desnecessária", concluindo que, "ao invés de permitir a adesão a princípios básicos (como proveniência), ele pode de modo efetivo distorcer a aplicação de tais princípios" (SCOTT, 1966, p. 502). Outros afirmam mais veementemente que o *record group* se transformou numa "pedra no sapato"[31] do profissional. Ao tentar encaixar documentos de modernas administrações no quadro estruturalista mono-hierárquico do *record group* tradicional, os arquivistas "enfraqueceram a teoria arquivística" e turvaram a essencial proveniência dos documentos (BERMAN; LYTLE, 1985-1986, p. 20).[32]



29 Para uma explicação mais detalhada, ver COOK (1989).

30 A última razão foi citada, na verdade, por Schellenberg (1965, p. 162), como um avanço para justificar a natureza arbitrária do tamanho e da criação do record group.

31 N. do T.: No original, albatross.

32 Deve ser observado, com justiça, que defensores do record group acreditam que arranjo e descrição focados na série (como advoga Scott) lidariam com os mesmos problemas. Ver FISCHER (1973, p. 644, passim).

Devido aos problemas práticos e teóricos em sua aplicação cotidiana, o *record group* – independente de sua proveniência original – não é mais o equivalente próximo do fundo. Considerando que o fundo também pode ser aplicado, como mencionado anteriormente, tanto a documentos privados e de indivíduos como àqueles de corporações, o *record group*, enquanto entidade conceitual, deve ser deixado de lado pelos arquivistas canadenses, e o fundo deve ser adotado em seu lugar como única entidade descritiva acima da série, dossiê/processo ou item.

## PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DO CONCEITO DE FUNDO

Em muitos casos, não há qualquer problema na aplicação do conceito de fundo na descrição arquivística. Uma vez que fundo é conceitualmente mais consistente, e não tem a mesma "conveniência" artificial ou distorções "de agrupamento" que o *record group* traz, o vínculo vital entre o conceito lógico ou abstrato de produção e a realidade física ou concreta dos documentos de um produtor é frequentemente imediato e óbvio.[33] Em muitos casos, identificar o fundo por meio do uso dos critérios descritos acima na seção "Critérios para identificar um fundo" é claro e direto, e a descrição pode prosseguir rapidamente, de maneira consistente e eficiente.

Contudo, essa relação um para um entre o abstrato e o concreto não é tão imediatamente aparente. Onde ela não o é, o arquivista encontrará dificuldade na aplicação do fundo quanto a duas questões: identificar o produtor dentro de estruturas hierárquicas e decidir qual série pertence a um dado produtor ou fundo. Esses dois problemas ficam especialmente evidentes quando o conceito de fundo é aplicado a documentos produzidos em modernas e complexas entidades burocráticas, com muitos estratos, ou a documentos eletrônicos, com sua capacidade de serem produzidos, alterados e usados simultaneamente por dois ou mais produtores. Esta seção pretende explorar essas questões para que os arquivistas possam começar a lidar com elas. Tais problemas não deveriam enfraquecer

33 Como observo adiante, acredito que a essência dessa dicotomia contrastante é verdadeira, apesar de bem saber que para documentos eletrônicos, também não há realidade física. É claro que existe alguma forma física de registro em suporte para documentos eletrônicos, mas o documento em si, em bases de dados relacionais ou em formatos hipertexto, não existe como entidade física em um lugar, mas é um amálgama lógico de dados de diversas fontes que somente existe na tela do terminal. Ainda assim, a funcionalidade do sistema, que é "concreta", que produziu esse "documento" amálgama pode ser vista como análoga à realidade física do "documento" que é descrito para suportes de registro mais tradicionais. Naturalmente, essa declaração precisa ser testada por arquivistas, uma vez que tenham recebido documentos de computador tão tecnologicamente avançados e estejam tentando descrevê-los.

a confiança no fundo, pois, enquanto conceito, ele é teoricamente sólido e preserva a natureza contextual, ou orgânica, ou transacional essencial dos arquivos. Ao invés disso, essas questões deveriam servir para alertar arquivistas que sua tarefa é complexa e intelectualmente desafiadora e requer sofisticada pesquisa e análise. Tanto os profissionais, coletivamente, como as instituições arquivísticas, individualmente, deverão tomar decisões firmes a respeito das questões a seguir.

A melhor maneira de começarmos é com um exemplo. Seguindo os cinco critérios de Michel Duchein, já apresentados, os documentos de cada divisão operacional (Government Archives, Documentary Art and Photography, Manuscripts etc.) do Historical Resources Branch, do National Archives of Canada, poderiam ser designados como um fundo. Cada qual tem identidade legal expressa em vários documentos oficiais; cada uma tem mandato formal próprio; uma posição clara e definida na hierarquia administrativa; cada uma tem um diretor com "poder decisório, pelo menos no que disser respeito a determinados assuntos"; e cada uma tem sua estrutura interna registrada em organograma. Além disso, se incorporarmos o critério adicional (sexto) sugerido por Scott, cada uma (ao menos, até bem recentemente) tem e controla seu próprio sistema de arquivamento central, bem como seus próprios agrupamentos e séries de documentos. E todos seguramente encaixam-se na definição de fundo, proposta pelo Canadian Working Group, enquanto documentos acumulados automática e organicamente por uma entidade administrativa devido à sua função ou à sua atividade. A mesma conclusão pode ser estendida a cada um dos sete ramos do National Archives, bem como para a instituição como um todo. O resultado, usando os critérios para fundo explanados na literatura arquivística, seria mais de vinte fundos legítimos para o National Archives of Canada. Sob esse argumento, para departamentos tão amplos como o National Health and Welfare ou o Employment and Immigration Canada, o número de fundos poderia facilmente chegar às centenas.

O mesmo cenário diz respeito a qualquer contexto administrativo moderno; para arquivistas em universidades, o fundo são os documentos do Departamento de História, da Faculdade de Artes, ou do Gabinete do vice-reitor acadêmico – ou, na verdade, apenas os documentos do responsável pela área de graduação dentro do Departamento de História? Claro está que é justamente aqui que a definição de fundo transborda, estabelecendo práticas descritivas comuns, sem mencionar as normas. Se os arquivistas trabalhando em arquivos de dez universidades no Canadá não concebem o fundo da mesma forma e arranjam seus acervos de acordo com essas concepções, então as descrições dos fundos resultantes apresentadas aos pesquisadores consistirão numa mistura de maçãs e laranjas. Mesmo que tal combinação possa ser degustada como um bom coquetel, ela enfraquece a consistência e a lógica de um esforço intelectual, que requer ambas para ser bem-sucedido. Como observa Duchein: "tal problema [...] tem consequências práticas bastante diretas e imediatas no que respeita ao trabalho dos arquivistas" e lamenta "que nenhuma solução bastante definida foi apresentada para esta questão" (DUCHEIN, 1982-1986, p. 19).



Ao se deparar com esses dilemas, os arquivistas reconhecem a importância de traçar claramente os limites ao identificar os fundos em relação a diferentes níveis em uma hierarquia administrativa. Geralmente, ao fazê-lo, eles adotaram posições minimalistas ou maximalistas. Em muitos casos simples, como já mencionado, esta questão quase se define sozinha. Isso fica bem explicado no relatório do Canadian Working Group:

> Em algumas áreas do trabalho arquivístico, a questão é clara e direta porque a maior parte das entradas de documentos consiste de fundos fechados (isto é, não se esperam novas incorporações), gerados por um só órgão ou pessoa e ligados a uma só função ou atividade. Por exemplo, muitas entradas de documentos privados pessoais e de documentos fotográficos são caracterizadas dessa forma. Em tais casos, considerar o todo como um fundo é usar uma conveniente unidade de descrição. No entanto, não é

> tão fácil descrever todos os documentos produzidos e acumulados por entidades coletivas como departamentos governamentais e definir de forma normalizada quais documentos constituem um fundo. Fundos ou (grupos de arquivos) *archival groups* desses tipos podem ser divididos em dois ou mais subfundos[34] (ou subgrupos) que por sua vez podem ser divididos até alcançar a menor unidade administrativa produtora de documentos. Um sistema de arranjo e descrição focado em todo o departamento (ou mesmo uma entidade maior) toma uma posição maximalista. Um sistema focado na menor subunidade administrativa (e geralmente na série criada por cada subunidade) toma uma posição minimalista (BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 56).[35]

Teóricos da arquivística em tempos e lugares distintos desenvolveram diferentes abordagens ao desafio maximalismo X minimalismo.[36] O *archive group* de Jenkinson apresenta uma posição maximalista ao incluir todos os documentos "do trabalho de uma administração que formou um todo orgânico, completo em si mesmo, capaz de lidar independentemente com todos os aspectos de qualquer questão que lhe poderia ser normalmente apresentada, sem intervenção de autoridade externa ou adicional alguma" (JENKINSON, 1966, p. 101).[37] Enquanto alguns criticaram fortemente essa afirmação, declarando que nenhum órgão ou departamento opera sem interferência de autoridade externa em alguma medida (COUTURE; ROUSSEAU, 1987, p. 166),[38] a definição de Jenkinson de



34 N. do T.: No original, may be broken down into one or more.

35 Esse estudo reflete a análise de DUCHEIN (1982-1986, p. 20).

36 Alguns dos exemplos a seguir estão mais relacionados ao record group que ao fundo, simplesmente porque o fundo ainda não é aceito na América do Norte anglófona e por isso o record group parecia ser, para muitos arquivistas, a melhor forma de aplicar o respect des fonds. Nessa aplicação, os arquivistas refletirão a abordagem maximalista e minimalista, e é o que desejo ilustrar aqui. Ao usar esses exemplos históricos, não tenho a intenção de igualar fundo e record group.

37 A amplidão proposta por Jenkinson ainda sobrevive na prática arquivística britânica. Apesar de seu "grupo de arquivo" (archive group) hoje em dia ser denominado simplesmente "grupo" (group), ele mantém a ampla definição de Jenkinson. De maneira semelhante, o próprio termo archive group está relacionado a categorias temáticas ainda maiores. Ver COOK (1986, p. 85-87, cap. 5 em geral, especialmente exemplos na p. 92).

38 Eles preferem os critérios de Duchein, mas como exposto no exemplo das divisões e departamentos do National

fundo em nível de departamento tem a vantagem de ser simples e de aproximar-se bastante das ideias de Schellenberg de *record group* geral e *record group* normal combinadas. Uma posição ainda mais maximalista é encontrada no Leste Europeu, onde todos os arquivos do Estado são vistos como um fundo gigantesco (DUCHEIN, 1982-1986, p. 19).[39]

Como observado anteriormente, os norte-americanos, seguindo Schellenberg, adotaram uma posição mais minimalista do que o *archive group* de Jenkinson, englobando os *record groups* normal e geral, bem como os subgrupos abaixo dele e grupos coletivos laterais. "Em um governo altamente complexo como o governo federal dos Estados Unidos", explicou Schellenberg, "nenhuma unidade governamental preenche completamente as exigências de Jenkinson, pois todas as unidades estão inter-relacionadas e poucas são completamente independentes ao lidar com questões que são sua principal preocupação" (SCHELLENBERG, 1965, p. 162-164; HOLMES, 1964, p. 25-28).



Os canadenses ocupam uma posição entre Jenkinson e Schellenberg. Ao mesmo tempo em que adotam (como foi visto no exemplo do Indian Affairs and Northern Development e suas partes componentes) a noção norte-americana de *record groups* gerais e normais, o número total de *record groups* no National Archives of Canada, para um governo de um país que é consideravelmente mais intervencionista que o dos Estados Unidos, é menos que um terço de sua contraparte americana – e, dessa forma, reflete uma posição relativamente maximalista. Os australianos, por outro lado, tomam posições muito mais minimalistas do que os americanos: no Australian National Archives, por volta de três mil entidades administrativas

Archives of Canada, a abordagem de Duchein levanta ao menos tantas questões quanto a de Jenkisnson.

39 Como um aparte não totalmente irrelevante, a camiseta produzida pelo programa Master of Archival Studies na University of British Columbia mostra um mapa mundi, com os seguintes dizeres: "Mondo Fondo" – o mundo é um fundo. E numa era de um ambiente global inter-relacionado e políticas nucleares que requerem uma administração e uma reação moral global, ou, como dizem as pessoas da área de documentos eletrônicos, uma conectividade internacional, por que não?

haviam sido designadas dessa forma até 1980 – naquela época, esse número representava mais de oito vezes o total norte-americano (SCOTT, maio 1980, p. 46).[40]

Há problemas evidentes tanto na posição maximalista como na minimalista. A posição maximalista é muitas vezes sinônima de *record group* e compartilha alguns de seus problemas. A posição maximalista que identifica o fundo com o departamento significa também que há muitos níveis que não são levados em conta entre o fundo e as séries de dossiês/processos produzidos em suas menores divisões internas. O conceito de *sous fonds* ou subfundo tenta contornar esse problema, por meio da hierarquia de fundos. No entanto, é fácil apontar grandes departamentos onde haveria subfundos, subsubfundos, sub-sub-subfundos e assim por diante, por talvez seis ou sete níveis de hierarquia administrativa, até chegarmos aos reais produtores dos documentos. Tais níveis descritivos não são explicitamente reconhecidos pelo PCDS, pois esses níveis acrescentariam um grau de complexidade inaceitável aos processos de arranjo e descrição. Isso é especialmente verdade quando cada um desses subníveis ou sub-subníveis está em constante transformação, misturando-se, dividindo-se, desaparecendo. Raramente é possível estabilizar uma situação tão fluida, de modo a determinar um único fundo, subfundo ou sub-subfundo para os documentos.



Se a definição minimalista do fundo é melhor que a posição maximalista, e não é tão suscetível a compartilhar os mesmo erros do *record group*, ela, ainda assim, apresenta seus próprios problemas. Scott reconhece que sua abordagem é voltada à descrição de documentos na série e a seu produtor imediato e que poderia deslocar o foco para longe do fundo e distorcer as relações intercontextuais das várias séries de um mesmo produtor. Seus críticos são mais se-

40 É óbvio que, a rigor, o sistema de controle de séries australiano não adota, de maneira alguma, uma posição minimalista sobre o fundo, simplesmente porque ele não adota posição alguma. Refiro-me aqui às implicações de um sistema de descrição baseado em muitas entidades administrativas. Retomarei adiante a questão do sistema de Scott, e espero demonstrar sua real natureza pioneira.

veros (ainda que não sejam absolutamente justos na representação de suas intenções) ao apontar que

> um resultado lógico que decorre da aceitação da série como unidade básica de controle parece ser que os documentos de um governo nacional constituem um *record group*. Mas é também um fato facilmente observável que governos (e algumas outras entidades coletivas) são compostos de um grande número de variadas unidades administrativas, distintas e legalmente separadas, sendo que as funções de qualquer uma delas está *ultra vires*[41] da competência das outras. Ignorar essa estrutura é negar a real situação... (FISCHER, 1973, p. 641-642).

Essa inter-relação de séries (que, como veremos, Scott não ignora) é, talvez, mais patente nos documentos do século XIX, quando cartas enviadas, cartas recebidas e índices de correspondência de ambas são três séries fisicamente separadas de volumes encadernados, mas é também evidente que há uma inter-relação orgânica entre as três que reflete uma realidade "acima" delas. Em outras palavras, o todo pode ser perdido por uma concentração por demais estreita em suas partes.[42] Mesmo isso sendo bastante verdadeiro, e sendo as partes suficientemente claras, isso apenas nos leva de volta ao círculo de definição do que esse "todo" pode ser. Voltando ao exemplo do National Archives of Canada, se o Government Archives Division é uma parte (apesar de preencher todos os critérios de um fundo) seria o Historical Resources Branch acima dele o todo ou, ainda mais acima, o todo seria o National Archives of Canada? E por que parar por aí? Talvez o Treasury Board ou o Parliament seja o "todo" final?



Os problemas práticos de aplicar o conceito de fundo em realidades de trabalho não param no debate maximalismo-minimalismo, que

41 N. do T.: além dos poderes.

42 Sobre esse assunto, ver THIBODEAU (1989, p. 68). Em relação a tais casos, ela observa que "o princípio arquivístico da proveniência ordena que a identidade de grupo dessas séries relacionadas seja preservada, bem como a identidade de cada série que o integra".

apenas trata dos critérios para o fundo em relação à sua posição na hierarquia administrativa tradicional da instituição produtora. O que pode ser dito sobre diferentes entidades custodiadoras para documentos de um único produtor? Os arquivos pessoais de um famoso autor podem estar depositados em três diferentes arquivos de universidades dentro do mesmo país. Trata-se de um fundo ou de três? Se a territorialidade da proveniência deve ser respeitada em termos da localização física dos documentos em repositórios arquivísticos, como alguns advogam,[43] são então séries de documentos mantidas em repartições regionais e locais a serem descritas intelectualmente como fundos separados do fundo da sede do mesmo órgão? Sendo esse o caso, haverá mais de mil e quatrocentos fundos para o Department of Employment and Immigration federal.

Seguindo essas mesmas linhas quanto ao local dos documentos, o que acontece quando as funções (e, consequentemente, os documentos) de uma pequena divisão de um órgão governamental são transferidas a outro nível do governo ou vendidas a uma entidade privada? Quando a unidade federal de prevenção de incêndio florestal no norte do Canadá representa um sub-sub-sub-sub-sub-subfundo, na melhor das hipóteses dentro do fundo para todos os documentos do Department of Indian Affairs and Northern Development no National Archives of Canada, ela torna-se um fundo pleno ou nada mais inferior que um subfundo dentro do Northwest Territories Archives, quando esses poucos documentos transferidos finalmente encontrarem aí um lar, e então parecem um peixe muito maior, por estarem num lago menor? Tais discrepâncias, quando refletidas em redes nacionais de descrição arquivística, podem ser enganosas para pesquisadores quando, sem dúvida devido a recursos, uma rede nacional poderia apenas, por muitos anos, compartilhar informações ao nível de fundo ou talvez de subfundo.



43 Ver a discussão na seção Critérios para identificar um fundo e THERRIEN (1986, p. 118). SCOTT (1966, p. 501) demonstra concordar com a mesma abordagem relativa a órgãos centrais e regionais.

E o que dizer sobre uma única pessoa – por exemplo, um padre missionário que trabalhou em várias paróquias – que produz, em um só suporte, talvez um grande livro, documentos institucionais oficiais de diferentes contextos administrativos e funções?[44] Ao contrário do poeta citado anteriormente, que deixou para trás os documentos produzidos para a Writers' Union of Canada, o padre levou consigo esses documentos "oficiais" como parte de seu fundo pessoal. Ainda que ele possa manter custódia sobre os documentos, as circunstâncias jurídicas de sua produção fazem deles parte de diversos fundos paroquiais. Uma situação parecida ocorre com arquivos de família, em que filhos podem transferir para um arquivo não só seus documentos privados, mas os de seus pais, avós e irmãos. Ao contrário do poeta comportado que deixou os documentos corporativos do Writers' Union, uma situação mais frequente é aquela em que ministros do governo ou empregados públicos de alta hierarquia deixam seus cargos levando documentos oficiais do governo, que acabam junto a seus documentos pessoais e políticos em seus arquivos privados, em acervos arquivísticos, muitas vezes em outras jurisdições.[45] Em todos esses casos, a produção – ou proveniência – é obscurecida.



E as séries de longa duração?[46] Enquanto a existência de muitas séries fechadas, geradas por uma única entidade produtora de documentos, não apresenta problemas no tocante à identificação de sua proveniência, o mesmo não vale para séries únicas e contínuas que são produzidas por três ou quatro entidades coletivas ao longo de várias décadas. Além do mais, a produção da série continuará previsível no futuro, mesmo enquanto o arquivista estiver arranjando e descrevendo (e, logo, "alocando" em fundos) as mais antigas transferências de parcelas da mesma série. Cinco anos depois de

44 Sobre esse caso, ver o muito sugestivo estudo de BARR (1987-1988).

45 Se princípios adequados de manutenção de documentos fossem entendidos e praticados, isso não aconteceria, ou suas ocorrências diminuiriam consideravelmente. Infelizmente tal dia parece longe de se concretizar em realidade de trabalho.

46 Essa questão é tratada particularmente por ROPER (1972, p. 403-4 e passim) e por FISCHER (1973, p. 641).

completar a descrição, o arquivista poderá encontrar a mesma série sendo produzida em um órgão totalmente distinto. Tal situação geralmente está relacionada a dossiês – seja em papel ou em formato eletrônico –, bem como a bases de dados científicas ou longitudinais.[47] No entanto, talvez o problema das séries de longa duração seja mais evidente em registros e índices ou seu equivalente moderno, o sistema automatizado de gestão da informação (rastreamento de documentos). Aqui, enquanto dossiês individuais são fechados à medida que novos volumes são abertos ou o tema deixa de ser administrativamente ativo, os índices de controle serão normalmente mantidos no órgão enquanto qualquer parte da série como um todo permanecer sob controle do órgão, talvez por muitas décadas e vários sucessores.

O que acontece de fato quando órgãos e funções mudam, mesmo no mundo tradicional de órgãos cujas hierarquias estão organizadas verticalmente (o problema de estruturas não tradicionais será tratado em breve)?[48] Peter Scott identificou nada menos que treze casos descritivos que podem ocorrer com uma série, dependendo se seu produtor não teve predecessor algum, um predecessor vivo, um predecessor extinto, ou mais de um predecessor ou, inversamente, sucessor algum, vivo, extinto ou mais de um (SCOTT, 1979, p. 154-156). E isso no tocante somente a uma geração de sucessores ou predecessores; um órgão e uma série de longa duração podem ter diversas gerações de ambos, levando assim a alucinantes combinações de fundos. Escolhendo o arquivista o primeiro, o último ou algum florescente órgão intermediário nessa longa cadeia de entidades produtoras como *o* produtor e então o guarda-chuva administrativo



47 N. do T.: bases longitudinais caracterizam-se por registrarem informações de um mesmo tipo por um longo período de tempo.

48 Em 1940, Margaret Cross Norton declarou que "é uma regra dentro do governo que documentos seguem funções. É o mesmo que dizer que, quando um departamento é extinto, fundido com outro departamento ou reorganizado de outra forma, suas funções são geralmente transferidas para outros departamentos, que obviamente devem ter os antigos documentos à mão para dar continuidade às antigas funções". Meio século mais tarde, os arquivistas estão paulatinamente se dando conta da importância dessas palavras para a prática descritiva. Ver MITCHELL (1975, p. 110).

que define *o* fundo, o contexto da proveniência é logo obscurecido, para se dizer o mínimo. Tais dilemas sem dúvida levaram Peter Scott à sua radical posição minimalista.

O que acontece com mudanças em funções e nomes em oposição àquelas administrativas e organizacionais? O arquivista é obrigado a mudar ou criar fundos quando nomes mudam, mas as funções permanecem as mesmas? E quando as funções mudam, mas o nome não? Quando o Department of Resources and Development do governo federal do Canadá mudou de nome para Department of Nothern Affairs and National Resources, em 1953, nenhuma função foi adicionada ou subtraída; a mudança de nome somente ocorreu devido a motivos políticos visando ressaltar a crescente preocupação do governo canadense com o norte do país. Em 1966, o mesmo Northern Affairs and National Resources tornou-se o novo Department of Indian Affairs and Northern Development e, ao fazê-lo, perdeu algumas de suas principais funções (florestas, turismo e controle de recursos), que foram transferidas a outros órgãos, e recebeu uma grande função (questões indígenas) de um órgão predecessor. Apesar disso, os documentos de ambos seus predecessores formais (Resources and Development, Northern Affairs and National Resources) são repassados a um *record group* (ou, de fato, um fundo maximalista) – o Indian Affairs and Northern Development – e, dessa forma, para todos os efeitos e propósitos, esses dois órgãos predecessores nunca existiram enquanto produtores de documentos em nível de fundo, no que diz respeito a arranjo e subsequente descrição arquivísticos. Obviamente, não foi exatamente isso que ocorreu. Novamente, em 1979, o Indian Affairs and Northern Development abriu mão de uma de suas três principais funções – controle de parques nacionais e sítios históricos – que passou ao Department of the Environment, ainda que nenhum dos dois departamentos tenha mudado de nome, como também não mudaram os fundos, apesar do fato de que, para ambos os departamentos, a natureza, o contexto e os conteúdos das séries de documentos produzidos depois dessa data tenham mudado substancialmente.

O que acontece quando uma única série do protocolo central, concebida para cobrir todo um departamento, é, em verdade, fragmentada entre diversas subunidades semi-independentes daquele departamento? Aqui, mesmo os critérios minimalistas de fundo com foco na série, propostos por Scott, podem levar a erros. Enquanto esses critérios constituem uma questão de gestão de documentos, eles podem afetar a maneira como documentos são produzidos e/ou acumulados, e têm, dessa forma, influência direta sobre o arranjo e descrição arquivísticos e, consequentemente, na definição do fundo. No Department of the Environment, por exemplo, assuntos relativos a todo o departamento, como pessoal, finanças, relação públicas e edifícios, usam as classes numéricas 1000 a 3999 do sistema de registro do departamento. Mas, poderosas subunidades (que em alguns casos passaram por cinco ou seis predecessores do Department of the Environment e trouxeram consigo seus documentos) também usam grandes classes do mesmo sistema de registro: por exemplo, o Canadian Wildlife Service (9000-9499), Atmospheric Environment Service (8000-8999) e o Inland Waters Directorate (7000-7999). Outras unidades, como o Canadian Parks Service, usam qualquer classe em todo o sistema de registro que pareça atender às suas necessidades. Todas essas subunidades mantêm seus próprios subsistemas de registro para sua parte do sistema. Um arquivista, observando as séries muitos anos ou décadas depois, quando os documentos de fato chegarem ao arquivo, poderia enxergar uma unidade nos documentos (e dessa forma, criar um único e amplo fundo Environment) quando, em verdade, tal unidade não existiu. Porém, também é verdade que, apesar de suas relativas autonomias, o Canadian Wildlife Service e o Canadian Parks Service têm em comum um contexto orgânico maior, devido a seu atual parentesco com Environment, do que teriam, por exemplo, com o Biological Sciences Directorate do Department of Fisheries and Oceans. Com esse, ambos têm tema e orientação funcional em comum; entre si, eles compartilham um contexto administrativo e de produção de documentos. A dificuldade consiste em como mostrar ambos separados, mas ao mesmo tempo relacionados nesse contexto.

Os problemas de definir o fundo, ou, como acontece com frequência, a decisão sobre quais documentos pertencem a quais fundos, nem estão relacionados simplesmente aos tradicionais níveis hierárquicos dentro da estrutura burocrática, como na maioria dos exemplos acima, nem aos problemas das múltiplas e sucessivas entidades produtoras (órgãos A, B e C criando uma única série ou dossiê/processo). Também há as questões relativas a produtores simultâneos e aos padrões de produção de documentos em modernas entidades burocráticas que não se conformam à tradicional teoria hierárquica organizacional. Na realidade, alguns críticos declaram que a atribuição de tais séries de documentos a um *único* "produtor" maior é simplesmente impossível, dado o estado das modernas administrações e dos modernos sistemas de arquivamento.[49]

Quanto a isso, documentos eletrônicos apresentam o mais óbvio desafio à aplicação do conceito tradicional de fundo. Bases de dados complexas podem servir a duas ou mais áreas de um grande departamento ou os dados podem ser interdepartamentais. Diversas áreas ou departamentos podem, desse modo, ter igual papel na produção e uso dos dados. O mesmo pode ser dito sobre dados desestruturados em sistemas automatizados de escritórios. Em ambas as situações – cada vez mais comuns – a perspectiva da divisão do único arquivo de dados resultante em dois ou mais fundos revela o absurdo teórico de ver o fundo como os documentos "físicos" de um único produtor. Consignar o arquivo de dados a um fundo simplesmente apagaria uma importante dimensão da produção, proveniência e contexto orgânico dos documentos. E é provável que o fundo único ao qual ele fosse consignado seria um fundo "acumulador" relativamente insignificante. Isso não teria relação com nenhuma das áreas operacionais que produziram e usaram os dados, mas antes



49 Ver especialmente a incisiva análise de BEARMAN; LYTLE (1985-1986, p. 14-27, particularmente p. 16-21). Ver também EVANS (1986) e VINCENT (1976-1977, p 14-15). Para um estudo análogo sobre a teoria burocrática e seu impacto sobre a teoria arquivística, ver LUTZKER (1982). Uma análise muito estimulante sobre o contexto mais amplo dessas questões e da descrição arquivística em geral, que infelizmente só tomei conhecimento depois de completar este estudo, é BEARMAN (1989), especialmente o cap. 3.

com a área de informática ou computação cuja função é simplesmente manter centralizadamente e armazenar (isto é, "acumular") todos os dados para o departamento e depois transferi-los para os arquivos.

Em verdade, tais problemas podem estender-se para além de uma única jurisdição administrativa (e, portanto, arquivística). Dados eletrônicos em sistemas de execução legal e de recursos patrimoniais podem ser produzidos por órgãos locais, estaduais e federais e, então, serem compartilhados por jurisdições e recuperados por qualquer uma delas para produzir novos dados ou novos documentos, de acordo com suas próprias necessidades. Enquanto o banco de dados pode residir (ou "se acumular") em um órgão federal, tal órgão pode não possuir os dados. Quem então é o produtor? Qual é o fundo?



Desenvolvimentos recentes no âmbito da tecnologia da informação estão sendo usados por empresas e órgãos públicos para "produzir" os documentos arquivísticos de amanhã, o que somente destaca a importância dessas questões. Tanto em documentos compostos, virtuais ou "inteligentes" como naqueles de sistemas de informações geográficas ou formato hipertexto, dados em vários suportes são combinados eletronicamente para produzir um "documento" em um monitor ou em uma impressora. Esse "documento" pode mudar em questão de segundos à medida que o atributo "alimentador" de dados do qual ele depende é continuamente alterado. Ainda mais, aquele "alimentador" de dados geralmente reside em arquivos de dados e bases de dados controlados por outros "produtores", em outras estruturas administrativas.

Além disso, em bases de dados relacionais, agora de amplo uso, muitos vezes não há "documento" tradicional algum no entendimento dos arquivistas, mas antes uma série de tabelas de dados ou entidades de dados ou sub-bases de dados. Para diferentes funções, esses são *relacionados* de maneiras diferentes, usando diferentes elementos de dados para diferentes objetivos, cuja combinação é

apresentada como um "documento", porém rapidamente na tela do terminal. À medida que empresas e órgãos públicos nessas circunstâncias adotam novos modelos de informação baseados em planejamentos de dados corporativos e administração de recursos de dados, a ideia de um documento pertencente fisicamente a um lugar ou até mesmo a um sistema está desmoronando frente a novos paradigmas *conceituais*, em que a "produção" é um processo fluido de manuseio de informação de várias fontes em uma enorme quantidade de formas, ao invés de algo que conduz a um produto estático, fixo e *físico*. Para os arquivistas, isso sinaliza que a era custodial está dando passagem à era pós-custodial, quando a curadoria de objetos físicos definirá muito menos a profissão que uma compreensão das inter-relações conceituais entre estruturas produtoras, suas funções vitais e os documentos então resultantes.

Esses recentes desenvolvimentos em documentos eletrônicos somente enfatizam o problema que perdura há muitos anos com séries tradicionais de documentos em papel – apesar de alguns poucos arquivistas terem reconhecido suas implicações teóricas para muitas de suas práticas descritivas. A clássica teoria mono-hierárquica da burocracia proposta por Max Weber, na qual cada unidade subordinada é responsabilidade de uma unidade superior, já há muito pertence ao passado. Estruturas paralelas, forças-tarefa, equipes de projetos, agrupados por linhas pontilhadas horizontais dentro de organizações, exercendo administração consensual e relações de poder compartilhado, agora competem abertamente com as tradicionais autoridades hierárquicas de poder, verticais e de linhas sólidas, e essas novas "estruturas" produzem e, frequentemente, mantêm documentos. Elas também estão ligadas, ainda que de maneira frouxa, a áreas mais formais, divisões, seções, órgãos, setores e outras subunidades do departamento ou órgão, todas aparecendo, fundindo-se, dividindo-se e desaparecendo com alarmante frequência. E ainda mais difícil de detectar, mandatos, funções e responsabilidades dessas inúmeras entidades deslocam-se com o passar do tempo. Assim como no exemplo do documento eletrônico compartilhado por duas áreas, em qual fundo o arquivista aloca os muitos

documentos produzidos nesse moderno turbilhão administrativo poli-hierárquico? Quem é, na verdade, o produtor dos documentos?

Em suma, ao focar a atividade descritiva tradicional em diferentes níveis da hierarquia administrativa, em subunidades organizacionais singulares, em distintos sistemas de registro, em diferentes suportes, em dispersas localizações de documentos, em diferentes relações particulares de produtor-documentos, o arquivista corre sérios riscos de destruir o que uma vez foi um todo orgânico e conceitual. Como lidar com a parte sem perder de vista o todo é, resumidamente, o dilema de todo arranjo e descrição arquivísticos, e consequentemente de definir precisamente a natureza do fundo.[50] Em realidade, esclarecer a relação todo e parte é o grande desafio de todo trabalho arquivístico, inclusive a descrição.

Entretanto, antes de deixarmos esta seção, peço aos leitores que não se desesperem em vista dessa lista de problemas relativos à aplicação do conceito de fundo arquivístico; ou, ainda pior, que não comecem a duvidar do valor desse conceito. Os problemas advêm da – e quaisquer dúvidas deveriam ser direcionadas à – aplicação prática e da interpretação do fundo, ao invés de alguma falha intrínseca no próprio conceito.



50 Várias questões nessa seção aparecem em ROBINSON (1991), que conheci depois de completar este texto. Ele oferece ainda mais exemplos dos problemas ao tentar estabelecer níveis de descrição de qualquer tipo.

# RUMO A UMA SOLUÇÃO CONCEITUAL

Todos os problemas apresentados anteriormente têm por base, antes de tudo, a percepção do fundo como uma entidade física, ao invés de um princípio conceitual. Tal atitude mais reflete o passado "custodial" ou curatorial da profissão que o seu futuro "pós-custodial" ou orientado ao conhecimento. Ela reflete a amarração da descrição conceitual ao arranjo físico. Michel Duchein, por exemplo, define o fundo como um agrupamento de "*documentos* de qualquer natureza" produzidos por ou originários de uma *única* administração ou pessoa, enquanto a definição do Canadian Working Group refere-se ao "total de documentos de qualquer natureza" que qualquer entidade física ou corporativa "*acumula* automática e organicamente em razão de sua função ou atividade" (DUCHEIN, 1982-1986, p. 17; BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS, 1985, p. 7; grifos do autor). A *custódia* de documentos pode ser *assumida* por um único órgão final, mas, como acredito que já esteja claro, eles podem coletivamente (nos níveis de dossiê/processo, série e até de item documental) terem sido produzidos/acumulados em sequência por muitos dos predecessores desse órgão, ou, na verdade, simultaneamente por dois ou mais legítimos produtores de documentos.

Se o fundo é, antes de tudo e principalmente, um conceito ligado ao produtor, então tornar obscuro o ato de produção múltipla por meio da alocação física de documentos em um único fundo distorce sua proveniência e, dessa forma, enfraquece um propósito central da descrição, sem falar do caráter probatório do arquivo. Se, ao invés disso, começarmos com a efetiva acumulação física dos documentos e afirmarmos que a descrição segue o arranjo, o problema será simplesmente deslocado em um grau. Os documentos acumulados sendo arranjados dessa forma seguem (ou advêm de) funções, e as funções nos levam de volta à produção e ao problema da proveniência. A chave da questão é ver o fundo não como entidade física,

mas como um conceito abstrato.[51] Como bem sabem os arquivistas de documentos eletrônicos, a realidade muitas vezes é lógica e funcional, e não física.

Arquivistas vêm gradualmente abandonando a ideia de que arranjo intelectual e descrição de documentos deveriam refletir uma realidade física nas áreas de depósito. A concepção que o arquivista deveria manter séries ou fundos fisicamente próximos e mesmo rearranjar fisicamente dossiês e documentos dentro de séries, para recriar tangivelmente sua ordem original, sobreviveu até os anos 70 do século XX. Um de seus defensores declarou "que os arquivistas deveriam observar com preocupação qualquer método de arranjo de documentos que não assegure, tanto quanto possível, um estável reflexo físico da estrutura administrativa que os produziu" (HOLMES, 1964).[52] Tal preocupação com a ordem física tem diminuído em arquivos à medida que tanto a classificação feita por computadores tornou mais fácil o estabelecimento da ordem original – ao menos ao nível intelectual – como os recursos para reintegração física em larga escala de enormes volumes de documentos desapareceram.



Mas o antigo legado da curatoria física ainda sobrevive. Como argutamente observaram David Bearman e Richard Lytle, apesar do fim do rearranjo do armazenamento, "o *record group* impõe restrições intelectuais de classificação física de ordenação em prateleiras" (BEARMAN; LYTLE, 1985-1986, p. 20). Em outras palavras, no antigo mundo do arranjo arquivístico físico, cada documento *só podia ser armazenado em um local*; no novo mundo do controle intelectual de arquivos, ainda subsiste a noção que cada documento deveria ser descrito em um lugar. Para documentos oriundos de múltiplos produtores, essa visão está simplesmente errada.

51 Para uma devastadora crítica da visão de Duchein sobre o fundo nesses termos, ver BARR (1987-1988, especialmente p. 163-164, 169). Ela faz um apelo para que mais discussões sobre o fundo sejam levantadas para ampliar as questões que ela propõe; este estudo pretende alimentar a fogueira que ela acendeu.

52 Ver HOLMES (1964, p. 21-41). O apelo por tal abordagem ainda era ouvido em 1973: ver FISCHER (1973, p. 644), de onde foi tirada a citação. Para uma breve história da evolução do arranjo e descrição arquivísticos nesse contexto, ver DUFF; HAWORTH (1990-1991, p. 26-27).

A comunidade arquivística canadense deve tratar esse tema central nos próximos anos à medida que desenvolva seu trabalho com sofisticação crescente, em direção ao universo de normas de descrição e à era "pós-custodial". O restante desta seção explora algumas soluções que têm sido propostas na literatura arquivística visando estabelecer um contexto para o debate que a comunidade deverá desenvolver e resolver. A seção termina com uma abordagem *teórica* recomendada, a qual, acreditamos, resolverá todas as questões apresentadas, mas não considera as implicações práticas de tal abordagem em termos de determinação temporal, recursos, controle centralizado, redes de informação, projeto de base de dados e normas de descrição. Talvez mais de uma solução seja possível, outras soluções ou paralelas possam ser sugeridas. Se vão ser ou não adotadas, no todo ou em parte, dependerá da comunidade arquivística. Não temos a intenção de (e tampouco autoridade para) enunciar soluções prescritivas, mas, simplesmente, sugerir os caminhos mais frutíferos para discussão. Se a conceituação teórica for boa, então os assuntos de ordem prática serão tratados com sucesso no devido momento.



Como o mais proeminente pensador sobre o conceito de fundo, Michel Duchein não perdeu de vista os problemas apresentados na seção anterior e propôs uma detalhada série de diretrizes de trabalho visando tratá-los. Mas essas diretrizes não fazem mais do que indicar qual o melhor fundo *único* em que uma determinada série deveria ser alocada, dependendo se essa série estava aberta ou fechada quando da ocorrência de uma significativa mudança administrativa, se os dossiês/processos estavam ativos ou inativos naquele momento, se o órgão foi o último a alterar os dossiês/processos, se esse era o órgão que produziu ou transferiu, e assim por diante. Os critérios de Duchein melhoram uma situação ruim, mas não a resolvem, pois eles ainda refletem a crença de que os documentos deveriam ter um *único* local final. Onde suas regras são adotadas, em Québec, por exemplo, alguns problemas da seção anterior são eliminados, mas não aqueles mais sérios.

Até mesmo Peter Scott, trabalhando em nível de fundo muito minimalista, sentiu a necessidade de apresentar um conjunto parecido de diretrizes. Em verdade, nesse âmbito, tanto Scott como Duchein prestam homenagem explícita ao trabalho pioneiro dos três arquivistas holandeses (Muller, Feith e Fruin) que primeiro anunciaram, no longínquo ano de 1898, muitas dessas mesmas regras de trabalho em seu famoso manual (DUCHEIN, 1982-1986, p. 21-30; SCOTT, dez. 1980, p. 53-65; 1979, p. 157-58, p. 161-63; maio 1980, p. 43-46; 1981, p. 3-8).[53] Sendo claro que o problema de múltiplos produtores e, assim, múltiplas proveniências, quando combinado com a camisa de força de alocação descritiva em um único fundo físico, permanece sem solução após um século de esforço, devemos então concluir pelo descrédito dessa abordagem.

Outros apresentaram soluções melhores. Carl Vincent preconizou um salto revolucionário no pensamento arquivístico ao destinar séries de múltiplas proveniências para tantos inventários de *record groups* quantos fossem necessários. A mesma lógica funcionaria para o fundo. Em cada um, a descrição da série seria modificada para refletir o papel distinto daquele órgão como produtor de documentos e a posição hierárquica daquele produtor na estrutura do órgão (VINCENT, 1976-1977, p. 14-15).[54] Dessa forma, uma série seria descrita em quatro inventários caso quatro produtores, de alguma maneira, tivessem gerado, recebido, acumulado e (talvez) até mesmo tivessem apenas usado parte da série em questão. Apesar de essa abordagem representar um progresso significativo, ela ainda



53 THERRIEN (1986, p. 123-124), no manual de procedimentos do Archives Nationales du Québec, também segue de perto Duchein. De forma um tanto surpreendente, o manual da Society of American Archivists praticamente ignora a questão de mudanças administrativas e as graves implicações que elas têm para o assunto tratado (GRACY II, 1977, p. 7). A substituição desse manual que, como afirmei anteriormente, só tomei conhecimento após completar este texto, contém uma apreciação muito mais sutil da mudança administrativa e suas implicações para proveniência. Ainda assim, para documentos corporativos, o foco ainda está no record group e na necessidade de fazer ajustes na descrição (MILLER, 1990, especialmente p. 62-64).

54 Esse estudo segue alguns sensatos (e muito ignorados) conselhos para renumerar as caixas de arquivo sem considerar o record group ou (em alguns casos remanescentes) séries para quebrar de uma vez por todas a relação entre números de controle físico e códigos de descrição intelectuais.

não deixa claro o que é o *record group* ou fundo, e qual deveria ser a relação hierárquica parte e todo dentro do fundo (ou no antigo *record group*).

Peter Scott vai adiante, ao observar a necessidade de separar completamente o controle e a descrição dos documentos físicos – a série, unidade de arquivamento e item – da informação contextual sobre eles. Os últimos incluem não só a descrição detalhada dos produtores de documentos em seu contexto histórico e administrativo que sustenta a proveniência, mas também a função, cronologia, legislação e pontos de acesso contextuais similares. Baseado em extensa pesquisa e experiências na Austrália, Scott propôs várias ferramentas descritivas para assegurar que complexas mudanças administrativas sejam claramente reconhecidas e registradas. Depois ele ligou essas ferramentas à descrição efetiva dos documentos arquivísticos em nível de série ou abaixo dela. Não sendo o espaço para enumerar ou analisar todas essas ferramentas – ou "listagens" como Scott as chama – arquivistas canadenses que desejam enriquecer suas práticas descritivas fariam bem em examinar cuidadosamente cada uma das propostas de Scott. Como ele resumiu em suas observações, é preciso "uma redução na confiança no arranjo físico por grupos como meio de lidar com séries de múltiplas proveniências e uma maior aceitação da necessidade de múltiplas listagens nesses casos" (SCOTT, dez. 1980, p. 65).[55]



É claro que a prescrição de Scott foca na ordem original ou na descrição dos documentos reais no nível do próprio sistema de arquivamento e permite à proveniência (produção) emergir por meio do instrumento intelectual de suas múltiplas listagens. No entanto, isso é bem diferente de igualar e juntar ambas – ordem original/arranjo e proveniência/fundo – em uma *única* entrada descritiva. Na verdade, a percepção de Scott de usar *múltiplas* entradas, combinadas à sua noção de *separação* das descrições dos contextos adminis-

55 Os seis artigos de Scott citados anteriormente são a base para essa generalização.

trativos e dos documentos físicos, é realmente revolucionária. Seu relativo fracasso reside em não fornecer um mecanismo sofisticado para ligar os dois, assim obscurecendo, ao menos em parte, uma apreciação do "todo".

Baseado explicitamente nas noções de Peter Scott, David Bearman e Richard Lytle, e também refletindo as preocupações de Carl Vincent, Max Evans levou as "múltiplas listagens" de Scott a um avanço, para invocar o controle de autoridade automatizado como solução para os modernos documentos de múltipla proveniência (EVANS, 1986).[56] Essa solução é recomendada por este estudo para futuras discussões entre os arquivistas canadenses. Tanto na abordagem de Evans como na de Scott, há duas vertentes: uma é a entrada descritiva para os documentos físicos reais (série, segundo o entendimento de Evans, mas conceitualmente também dossiês/processos e itens) e a outra é uma entrada de controle de autoridade para o órgão produtor (ou contexto de proveniência). Elas são mantidas totalmente em separado, mas conectadas contextualmente através de remissivas cruzadas: toda entrada de série contém uma descrição completa dos documentos, seu assunto e outros pontos de acesso, e remissivas ligando-os a entradas para outras séries relevantes e para entradas de seus produtores; toda entrada de entidade coletiva, que for um registro de controle de autoridade, contém uma história da entidade, uma análise de suas funções, pontos de acesso a ambos, e remissivas para outras entidades coletivas e séries de documentos relevantes.



56 Para uma extensão das ideias sobre controles de autoridade para documentos arquivísticos abrangerem pontos de acesso como ocupação, coordenadas geográficas, período de tempo, forma do material e função, ver BEARMAN (Summer 1989, p. 286-299). Leitores que desejarem ter um melhor entendimento da abordagem geral devem ler GAGNON-ARGUIN (1989). É claro que muitos outros controles de autoridade poderiam ser acrescentados – listas de autores em oposição a produtores, legislação relacionada, altos funcionários etc. Mais uma vez chamo a atenção que estou sugerindo e não esgotando a discussão, com o propósito de que ela prossiga; caberá à comunidade arquivística coletivamente e ao Planning Committee on Descriptive Standards decidirem quão longe e em que direção isso ocorrerá. Que tais controles são, tanto administrativamente como conceitualmente, possíveis é sugerido em STIBBE (maio-set. 1990), texto preliminar para o Planning Committee on Descriptive Standards em resposta à segunda versão deste estudo. Os dois projetos mencionados na nota seguinte oferecem prova operacional real, em um contexto automatizado, que essa abordagem de fato funciona.

Usando automação para combinar ou relacioná-las, qualquer combinação de produtores e séries é possível: múltiplos produtores a uma única série, múltiplas séries de um único produtor, múltiplos produtores com séries múltiplas, mas relacionadas, séries com séries, e produtores com produtores, seja para cima ou para baixo na tradicional cadeia mono-hierárquica vertical, ou para os lados nas novas estruturas organizacionais horizontais. É claro que essas duas vertentes apareceriam transparentes ao pesquisador, à medida que ambas estariam combinadas quando apresentadas no terminal ou impressas em texto descritivo contínuo. À proporção que funções e administrações mudam, o registro de autoridade é retificado ou um novo é criado, sem a necessidade de reestruturar os inventários e instrumentos de pesquisa a cada vez ou reescrever centenas de descrições de séries. Trata-se de um sistema dinâmico e não estático, e reflete, dessa maneira, a realidade dinâmica da produção dos documentos em complexas administrações modernas. Dessa forma, a descrição dos arquivos pode mais realçar o princípio de proveniência do que distorcê-lo. Num cenário ideal, o "inventário" impresso, físico, é substituído por um sistema de gerenciamento de base de dados relacional como centro da descrição arquivística (THIBODEAU, 1989, p 75). Em realidade, na era de burocracias dinâmicas e fluidas, não há outra maneira de proteger a proveniência.



Por mais que não esteja no escopo do presente estudo sugerir metodologias práticas para a implementação desses conceitos teóricos,[57] ele pode ajudar os leitores a visualizar a abordagem pretendida por meio da discussão de um exemplo hipotético. No entanto, antes de tudo, é importante enfatizar, como os arquivistas têm enfatizado há alguns anos, que essa abordagem da descrição – como a nova estru-

57 Desde que comecei a escrever este estudo, tive o prazer de ouvir duas ótimas apresentações na Society of American Archivists na Philadelphia, em 28/9/1991, que demonstraram que o modelo de Max Evans pode realmente tornar-se uma realidade de trabalho. Sharon Gibbs Thibodeau e Diane Hopkins, para o National Archives and Records Administration (Nara) e o Banco Mundial, respectivamente, mostraram projetos de base de dados usados atualmente para implementar as ideias de Evans. Ironicamente, Thibodeau notou que esse novo sistema automatizado de descrição do Nara acabará por enterrar o record group enquanto conceito descritivo em seu quinquagésimo aniversário (Record Group – Reference Information Papers, 1941-1991), embora persista como mecanismo informal de organização do trabalho.

tura de avaliação estratégica – requer um sincero compromisso por parte do profissional e instituições, com um programa de pesquisa na atividade quotidiana do arquivista.[58] O cuidadoso e analítico trabalho necessário nas novas realidades descritivas e de avaliação da era pós-custodial só poderá ser bem-sucedido se movido por um conhecimento contextual substantivo, e não em primeiro lugar por métodos e procedimentos.

Voltando-se, portanto, para a descrição de uma hipotética série complexa de documentos que teve, talvez, oito produtores ao longo do tempo e das hierarquias, o arquivista bem pode pesquisar e escrever nove entradas: *uma* para descrever os documentos nas séries (refletindo seu arranjo e arquivamento físicos, sua história arquivística e proveniência, e seu âmbito e conteúdo); e *oito* para descrever seu contexto administrativo, história, mandato, organização e funções dos oito distintos produtores. Essas oito entradas podem envolver a redação de duas novas entradas e a modificação de seis outras já existentes no catálogo de autoridades. Essas oito entradas de produtores podem cobrir a entidade corporativa central que criou a maior parte das séries em questão, *bem como* dois de seus predecessores, um sucessor, dois paralelos, e duas ou mais entidades hierarquicamente mais antigas ou imediatamente anteriores: *todas* as entidades coletivas que, em outras palavras, contribuíram de alguma maneira significativa na produção das séries em questão, ou estavam simplesmente envolvidas em suas acumulações e usos. Se uma nona entidade produtora surgir alguns anos mais tarde, então um novo registro de autoridade seria criado para ela (com uma remissiva "chave" ou um elemento de dados ligando-a as oito entradas administrativas anteriores, e à descrição da série), sem ter



58 Todo o conteúdo da edição dupla do primeiro semestre de 1988 do American Archivist (n. 51) trata do estabelecimento de um programa de pesquisa para arquivistas em todas as funções arquivísticas. Para apelos anteriores por tal abordagem, ver COOK (1984-1985, p. 40-42 e passim) e NESMITH (1986, p. 10-11). Na mesma tradição de pesquisa, mas por outra perspectiva, a tentativa de reviver a ciência histórica auxiliar da diplomática, de séculos passados, na América do Norte, traz a complexa riqueza da pesquisa diplomática, direta e analogamente, para modernas funções burocráticas; ver DURANTI (1989, p. 7-11). Hugh Taylor, em sua normal forma imaginativa, leva ainda mais adiante os limites da pesquisa arquivística; entre seus textos mais recentes, ver TAYLOR (1988).

que reescrever todos os instrumentos de pesquisa relativos a elas, entradas de séries e inventários.

Se essas relações estão gravadas em um banco de dados ou em sistemas manuais como as listagens múltiplas de Scott, o arquivista deve deixar claro em suas descrições a ação ou o processo de produção de documentos. Isso envolve a ligação de um produtor (que, por definição, é conceitual) a documentos (que geralmente são físicos).[59] Uma vez que a série (ao contrário do fundo) é uma clara entidade orgânica, com características facilmente identificáveis, é recomendável que tal descrição comece pela série (e trabalhe de forma descendente até os dossiês/processos e os itens, se necessário). Essa é a integral abordagem minimalista. Todos os documentos em todas as séries, dossiês/processos, e/ou itens de descrição importantes em todos os suportes de um dado produtor constituiriam, assim, um fundo.



Observando agora a segunda parte de nosso exemplo hipotético, os próprios "documentos" de um fundo em particular podem ser a súmula de nove séries completas e cinco séries parciais que o produtor (definido pelo fundo) realmente produziu, ou parcialmente produziu, mais, talvez, duas outras séries que o produtor fez referência para fins de uso, mas não alterou (compartilhou banco de dados, vem imediatamente à mente nesse caso). Essas dezesseis descrições de séries de documentos seriam ligadas ao registro de autoridade, detalhando toda a história e as funções do produtor, incluindo ligações aos relativos predecessores, sucessores, paralelos, e entidades produtoras imediatamente anteriores para cada uma das dezesseis séries. Na primeira parte do exemplo exposto dois parágrafos acima, foi sugerido que poderia haver oito interligações para somente uma dessas dezesseis séries. As dezesseis descrições de arquivos na segunda metade do exemplo poderiam, dessa forma, estar liga-

59 Sobre a natureza "não física" dos documentos eletrônicos, ver novamente a importante observação feita na nota 33. Arquivistas, em tais casos, não estariam descrevendo documentos físicos ou acumulações de documentos, mas sim a funcionalidade de sistemas automatizados e dados usados para criar o documento.

das a talvez 75 registros de autoridade de produtores. Todas as 91 (16+75) descrições, cumulativamente elaboradas por arquivistas ao longo do tempo e por instituições, constituiriam o fundo *de facto*.

Para muitos produtores e séries de documentos, essa relação (ou remissiva) será direta: um produtor produzirá e acumulará uma, ou talvez algumas poucas séries de documentos completas e fechadas. Realmente, à medida que o conceito de fundo foi desenvolvido na Europa no século XIX, refletindo um universo arquivístico infinitamente mais simples, tais relações diretas eram a norma. Nesses casos, os conceitos físico e intelectual do fundo coincidiam exatamente. Em tais circunstâncias, a óbvia ligação entre o produtor e os documentos dificilmente parece justificar todo o dispêndio de utilizar-se uma abordagem de controle de autoridade. Mas, ainda assim, a lógica é a mesma. O produtor é descrito, e todos os documentos em todos os suportes organicamente produzidos e acumulados por esse produtor são descritos, e, então, são ligados. O resultado dessa ligação global ou holística – espera-se que, em última instância, através de instituições arquivísticas – é o fundo, física e conceitualmente.



Mas, como visto anteriormente, para um significativo número de arquivos pessoais, para a grande maioria de documentos corporativos e governamentais, e para quase todos os documentos eletrônicos (que geralmente nem mesmo têm uma existência "física" enquanto documentos), essa relação direta entre um único produtor e algumas poucas séries completas e fechadas simplesmente não existe. A antiga correlação física e conceitual do fundo simples tornou-se muito frágil. Em tais circunstâncias, a abordagem de controle de autoridade, separando a descrição em duas vertentes com numerosas referências cruzadas, resolverá essas inter-relações mais complexas; ela também lida de modo satisfatório com praticamente qualquer problema do fundo apresentado na seção "Problemas na aplicação do conceito de fundo" acima. As possíveis interligações são quase infinitas e a riqueza contextual que surge daí deve necessariamente aprofundar a compreensão de todos aqueles que vierem a usar tais sistemas descritivos.

A adoção do controle de autoridade para descrever o produtor condena o fundo à irrelevância? De maneira alguma. Em realidade, essa abordagem fortalece o conceito de fundo e a santidade da proveniência. Nessa perspectiva, o fundo (ou o "todo") aparecerá organicamente por meio da atividade descritiva do arquivista. Ao separar a descrição do contexto administrativo da produção e a descrição da efetiva acumulação de documentos, o arquivista pode "concentrar-se no mapeamento das relações existentes na natureza de cada um e entre ambos. É justamente esse mapeamento que, pouco a pouco, parte a parte, revela o todo...".[60]

Talvez não seja uma conclusão muito satisfatória afirmar que expor claramente os mecanismos efetivos desse mapeamento – por meio do qual a informação histórica/administrativa nos registros de autoridade está ligada ou relacionada à informação descritiva das séries – está muito além do âmbito deste estudo. Até porque tais interligações são essenciais para revelar todo poder contextual da proveniência, em muitas situações na moderna múltipla produção de documentos. De outra forma, descrições de séries serão pouco mais que objetos à deriva e perdidos, e o poder do contexto de proveniência expresso pelo fundo ou pelo "todo" será diminuído.



Também está além do escopo deste estudo investigar se as questões conceituais acima foram, até o presente momento, tratadas com sucesso no *Rules for Archival Description* do PCDS. Há, certamente, possibilidades promissoras. Como esclarece um ensaio que acompanha este volume, RAD permite que múltiplas proveniências sejam capturadas por meio do uso imaginativo dos elementos de descrição história arquivística e história administrativa e o cuidadoso uso de pontos de acesso indexados, combinados com descrição multinível. Porém, as regras necessitarão ser muito mais específicas em relação a tal indexação e ao controle de autoridade para assegurar que a

60 Carta de Terry Eastwood para o autor, em 13 de agosto de 1990, comentando a segunda versão deste estudo. Seu conciso resumo do funcionamento da relação parte-todo no centro do dilema arquivístico parece valioso para ser referenciado e não meramente citado!

produção múltipla não seja obscurecida. Se as regras de descrição não fornecerem uma orientação precisa para auxiliar os arquivistas a identificar e registrar informações sobre todas as mutáveis relações que afetam a produção e a custódia de documentos, e ligar descrições para que a recuperação pelos pesquisadores descubra todos os produtores e custodiadores precedentes, paralelos, simultâneos, imediatamente anteriores e sucessores, o resultado será pouco mais que a tentativa de Duchein de escolher, com alguma consistência, um de vários fundos como o melhor abrigo para a série em questão. Ainda precisa ser determinado se o método de descrição multinível de RAD juntamente com o controle de autoridade ou o método que emprega bases de dados relacionais de Evans é o mais efetivo. Também é importante que a descrição reflita totalmente as novas abordagens funcionais da avaliação.

É justamente a riqueza contextual do "poder do princípio da proveniência" que reflete a múltipla e complexa funcionalidade do produtor dos documentos como central para o trabalho de avaliação do arquivista, que, por sua vez, deverá ou deveria muito influenciar a descrição.[61] A comunidade arquivística do Canadá, em resumo, precisa desenvolver em suas regras de descrição uma maneira sistemática e consistente de refletir as intrincadas realidades das relações produtor-documentos expostas neste ensaio.



61 Este não é o lugar para uma grande incursão no mundo da nova teoria de avaliação e sua natureza complementar a este estudo. É suficiente dizer que os novos trabalhos em estratégia documental nos Estados Unidos e a estratégia de aquisição de documentos no Canadá assumem uma abordagem funcional e conceitual, i. e., as funções, mandatos, programas, atividades e sistemas de informação do produtor são avaliados num nível macro antes de os próprios documentos serem avaliados. A nova avaliação representa a tentativa da profissão em lidar com a era "pós-custodial" que foi melhor antevista por Gerald Ham, Hugh Taylor e David Bearman, de forma muito parecida àquela em que o presente estudo aborda a questão da descrição. Para os leitores interessados, essa nova abordagem da avaliação recebe seu mais extenso tratamento, até agora, em COOK (1991b), que também contém em suas notas e bibliografia uma indicação da crescente literatura apoiando tal abordagem. Para uma análise mais direcionada e teórica relativa à avaliação como um todo, e não apenas dossiês, ver COOK (1992) [N. do T.: quando deste artigo, ainda não publicado]; ver também BEARMAN (1989), cap. 1.

# CONCLUSÃO

O fundo, dessa forma, deveria ser visto, antes de tudo, como "uma construção intelectual" (EVANS, 1986, p. 249). Nos arquivos, o fundo é menos uma entidade física do que uma síntese conceitual de descrições de entidades físicas em nível de séries ou em níveis abaixo, *e* de descrições do caráter administrativo, histórico e funcional do(s) produtor(es) de documentos. O fundo é o "todo" que reflete um processo orgânico no qual um produtor de documentos produz ou acumula séries de documentos, os quais apresentam uma unidade natural baseada em função, atividade, forma ou uso compartilhados.

É no âmago desse processo ou *relação* de ligação do produtor aos documentos que a essência da proveniência ou *respect des fonds* é encontrada. Mas uma relação é por definição abstrata; não é algo concreto que se pode tocar ou arranjar ou empurrar para dentro de caixas de arquivo. O fundo é, dessa forma, um conceito que expressa a interconexão dinâmica entre a descrição abstrata do(s) produtor(es) e a descrição concreta dos documentos reais (séries, dossiês/processos, itens documentais).

A teoria arquivística postula que, no arranjo e descrição de arquivos, os documentos de um dado produtor nunca devem ser misturados com aquele de outro produtor. Cada um tem sua própria ordem, cada um tem seu próprio lugar.[62] O argumento deste estudo é que, para muitas séries, os documentos de vários produtores estão orgânica e irremediavelmente misturados muito antes de sua chegada aos arquivos. É papel do arquivista ordenar essa mistura – intelectual, e não fisicamente – para ressaltar toda a proveniência contextual dos documentos.

62 Para uma fascinante crítica sobre essa noção, ver BROTHMAN (1991).

Os arquivistas não podem continuar ignorando essa realidade ao insistir que tais séries complexas sejam consignadas e descritas como um único fundo. Tal abordagem reflete um passado curatorial mais simples ao invés da atual realidade de produção de documentos, para não falar daquela do futuro. Essa visão também distorce a própria *relação* entre o produtor e os documentos, que dá o mais rico e sutil significado ao conceito de fundo. À medida que entram em um novo século, o desafio para os arquivistas canadenses é aceitar, mais do que rejeitar tal sutileza, e reafirmar, dessa forma, com Michel Duchein, que o respeito aos fundos é, realmente, "o princípio fundamental da arquivística".


62

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BARR, Debra. Protecting Provenance: Response to the Report of the Working Group on Description at the Fonds Level. *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 141-145.

_____. The Fonds Concept in the Working Group on Archival Standards Report. *Archivaria* 25 (Winter 1987-1988), p. 163-170.

BEARMAN, David. *Archival Methods*. Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1989.

_____. Authority Control Issues and Prospects. *American Archivist* 52 (Summer 1989), p. 286-299.

BEARMAN, David; LYTLE, Richard H. The Power of the Principle of Provenance. *Archivaria* 21 (Winter 1985-1986), p. 14-27.

BERNER, Richard C. Vancouver Island Project Fails to Grasp the Significance of Provenance. *Archivaria* 18 (Summer 1984), p. 7-8.

_____. *Archival Theory and Practice in the United Stares*: A Historical Analysis. Seattle: University of Washington Press, 1983. 219 p.

BRADSHER, James Gregory (ed.). *Managing Archives and Archival Institutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BROTHMAN, Brien. Orders of Value; Probing the Theoretical Terms of Archival Practice. *Archivaria* 32 (Summer 1991), p. 78-100.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards. *Rules for Archival Description*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1990. 152 p.

_____. Working Group on Archival Descriptive Standards. *Toward Descriptive Standards*: Report and Recommendations of

the Canadian Working Group on Archival Descriptive Standards. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1985.

CHOUINARD, Denys. Respect des fonds et la vie des documents; principe pertinent et actuel? In: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES DU QUÉBEC. *Le respect des fonds à tous les stades de vie des documents*: actes [du] XIXe congrès de l'Association des archivistes du Québec. Québec: Association des archivistes du Québec, 1990.

COOK, Michael. *The Management of Information from Archives*. Aldershot: Gower, 1986. 233 p.

COOK, Terry. Mind Over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal. In: CRAIG, Barbara L. (ed.). *The Archival Imagination*: Essays in Honour of Hugh A. Taylor. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992, p. 38-70.

_____. Introduction. In: LOVERING, Cynthia (ed.). *General Guide Series*: Government Archives Division. Ottawa: National Archives of Canada, 1991a.

_____. *The Archival Appraisal of Records Containing Personal Information*: A RAMP Study with Guidelines. Paris: International Council on Archives, 1991b.

_____. Rites of Passage: The Archivist and the Information Age. *Archivaria* 31 (Winter 1990-1991), p. 171-176.

_____. Paper Trails: A Study in Northern Records and Northern Administration, 1898-1958. In: COATES, Kenneth S.; MORRISON, William R. (ed.). *For Purposes of Dominion*: Essays in Honour of Morris Zaslow. North York, Ont: Captus University Publications, 1, 1989, p. 13-36.

_____. Legacy in Limbo: An Introduction to the Records of the Department of the Interior. *Archivaria* 25 (Winter 1987-1988), p. 73-83.

_____. From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives. *Archivaria* 19 (Winter 1984-1985), p. 28-49.


64

COUTURE, Carol; ROUSSEAU; Jean-Yves. *The Life of a Document*: A Global Approach to Archives and Records Management. Montreal: Vehicule Press, 1987.

DODDS, Gordon. Provenance Must Remain the Archival 'Bottom Line'. *Archivaria* 18 (Summer 1984), p. 4-7.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUFF, Wendy M.; HAWORTH, Kent M. The Reclamation of Archival Description: The Canadian Perspective. *Archivaria* 31 (Winter 1990-1991), p. 26-35.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science. *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 7-27.



EVANS, Frank B. et al. A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers. *American Archivist* 37 (n. 3, jul. 1974), p. 415-518.

EVANS, Max J. Authority Control: An Alternative to the Record Group Concept. *American Archivist* 49 (Summer 1986), p. 249-261.

FISCHER, Gerald L. Letting the Archival Dust Settle: Some Remarks on the Record Group Concept. *Journal of the Society of Archivists* 4 (out. 1973), p. 640-645.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *An Introduction to Authority Control for Archivists*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, Planning Committee on Descriptive Standards, 1989. 30 p.

GRACY II, David B. *Archives & Manuscripts*: Arrangement & Description. Chicago: Society of American Archivists, 1977. 49 p.

HENSEN, Steven L. *Archives, Personal Papers, and Manuscripts*: A Cataloguing Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries. Washington: Libray of Congress, 1983. 51 p.

HOLMES, Oliver W. Archival Arrangement: Five Different Operations at Five Different Levels. *American Archivist* 27 (jan. 1964), p. 21-41.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration*. London: Percy Lund, Humphries, 1966.

LODOLINI, Elio. The War of Independence of Archivists. *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 36-47.

LUTZKER, Michael A. Max Weber and the Analysis of Modern Bureaucratic Organization: Notes Toward a Theory of Appraisal. *American Archivist* 45 (Spring 1982), p. 119-130.

MILLER, Frederic M. *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists, 1990. 133 p. (Archival Fundamental Series, v. 1).

MITCHELL, Thornton W. (ed.). *Norton on Archives*: The Writings of Margaret Cross Norton on Archival and Records Management. Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 1975. 288 p.

NESMITH , Tom. The Archival Perspective. *Archivaria* 22 (Summer 1986), p. 8-11.

ROBINSON, David. Theory, Practice, and a Manual of Archival Description. *Journal of the* Society *of Archivists* 12 (Spring 1991), p. 1-6.

ROPER, Michael. Modern Departmental Records and the Record Office. *Journal of the Society of Archivists* 4 (abr. 1972), p. 400-412.

ROUSSEAU, Jean-Yves. Le respect des fonds ou la quintessence de la discipline archivistique. In: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES DU QUÉBEC. *Le respect des fonds à tous les stades de vie des documents*: actes [du] XIXe congrès de l'Association des archivistes du Québec. Québec: Association des archivistes du Québec, 1990.

SCHELLENBERG, T. R. *The Management of Archives*. New York; London: Columbia University Press, 1965. 400 p.

SCOTT, P. J. et al. Archives and Administrative Change: Some Methods and Approaches - Part 1. *Archives and Manuscripts* 7 (ago. 1978), p. 115-127.

_____. Archives and Administrative Change: Some Methods and Approaches - Part 2. *Archives and Manuscripts* 7 (abr. 1979), p. 151-165.

_____. Archives and Administrative Change: Some Methods and Approaches - Part 3. *Archives and Manuscripts* 7 (maio 1980), p. 41-54.

_____. Archives and Administrative Change: Some Methods and Approaches - Part 4. *Archives and Manuscripts* 8 (dez. 1980), p. 51-69.

_____. Archives and Administrative Change: Some Methods and Approaches - Part 5. *Archives and Manuscripts* 9 (set. 1981), p. 3-17.



SCOTT, Peter J. The Record Group Concept: A Case for Abandonment. *American Archivist* 29 (out. 1966), p. 493-504.

STIBBE, Hugo L. P. *Primary Access Point, Multilevel Description and Authority Control*: Instruments for Implementing and Controlling the Fonds. Bureau of Canadian Archivists. Planning Committee on Descriptive Standards, maio-set. 1990. Trabalho não publicado.

_____. *Main Entry*: The Concept and its Applicability to Archival Description. Bureau of Canadian Archivists. Planning Committee on Descriptive Standards. Subcommittee on Main Entry, abr. 1988. Trabalho não publicado.

STOTYN, Keith. Planning Committee on Descriptive Standards: Rules for Archival Description. *Archivaria* 32 (Summer 1991), p. 163-166 [resenha].

TAYLOR, Hugh A. *The Arrangement and Description of Archival Materials*. Munich, New York, London and Paris: K. G. Sauer, 1980. 181 p. (International Council on Archives Handbook Series, v. 2).

_____. "My Very Act and Deed": Some Reflections on the Role of Textual Records in the Conduct of Affairs. *American Archivist* 51 (Fall 1988), p. 456-469.

THERRIEN, Jean-Pierre. Application du principe de 'respect des fonds'. In: ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC. *Normes et procedures archivistiques*: norme C-I. Québec: Archives Nationales du Québec, mar. 1986, p. 111-124.

THIBODEAU, Sharon Gibbs. Archival Arrangement and Description. In: BRADSHER, James Gregory (org.). *Managing Archives and Archival Institutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 67-77.

VINCENT, Carl. The Record Group: A Concept in Evolution. *Archivaria* 3 (1976-1977), p. 3-16.